



RELATÓRIO CONSULTORIA PRODEL – CANGUÇU –RS

Aline Nandi
I.D.O. Brasil
Evandro Lembi
I.D.O. Brasil
Alexandra Domingues
ACICAN - PRODEL

Eliezer Torres
I.D.O. Brasil

Canguçu, Setembro de 2022



RELATÓRIO CONSULTORIA PRODEL – CANGUÇU –RS

01 a 30 de setembro 2022

O presente relatório integra as ações desenvolvidas no mês de setembro correspondente as seguintes etapas:

1. Manutenção e acompanhamento do Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico e Câmaras Técnicas do PRODEL
2. Monitoramento dos projetos e ações do PRODEL
3. Avaliação dos projetos e ações do PRODEL
4. Manutenção e acompanhamento do Conselho do Plano Diretor
5. Levantamento de dados para revisão do Plano Diretor
6. Diagnóstico (leitura técnica e comunitária) para revisão do Plano Diretor
7. Apoio técnico para elaboração e revisão das propostas e diretrizes para revisão do Plano Diretor

Ao longo do mês de setembro, foram realizadas atividades de preparação contínua das lideranças locais para manutenção do Conselho Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Câmaras Técnicas do Programa, bem como do Conselho do Plano Diretor.

Foram realizadas atividades pela equipe de consultoria do DEL de orientação e integração com equipe técnica do Plano Diretor, bem como realizada ao longo do mês orientações para manutenção.

No restante do mês o trabalho manteve-se concentrado em apoiar e orientar a Agente de Articulação na condução de ações e estratégias que possibilitam garantir a implementação das ações e projetos propostos no plano de desenvolvimento

econômico, como foco no modelo de moderação e enfoque participativo. Este suporte aconteceu no formato remoto. Além de reuniões estratégicas com a Equipe técnica local do Plano Diretor e ainda com atendimento remoto as demandas locais solicitadas.

Foram sequenciados o desenvolvimento de materiais e estratégias para operacionalização dos levantamentos de dados do Plano Diretor, sendo estas atividades sequenciadas no mês de julho em função de demandas na equipe interna da Prefeitura de Canguçu, na entrega das demandas necessárias para operacionalização do levantamento de dados que estava previsto inicialmente entre os meses 1 e 3 deste convênio. Destaca-se que esta fase está sendo estendida em comum acordo entre as partes.

Foi dada sequência ao acompanhamento do Conselho do Plano Diretor, com a organização de materiais posteriores a realização das audiências públicas da primeira rodada, que estão sendo usados como suporte para elaboração e revisão das propostas e diretrizes para revisão do Plano Diretor, bem como foram utilizados pela equipe de consultoria do Prodel para elaboração da proposta de revisão o Texto e Lei do Plano Diretor, que será apresentado ao conselho do Plano Diretor e as equipes locais para refinamento.

[Foi realizados reuniões e sequenciamento dos trabalhos com a equipe de consultoria de forma remota para reordenamento do plano de trabalho e ajustes em função das demandas locais da equipe técnica no que tange a metodologia que está sendo utilizada para confecção dos mapas, bem como, para priorização deles com possibilidades de trabalho a partir dos levantamentos de dados e ajustes a serem feitos com as demais equipes locais

Foram realizadas ainda reunião de alinhamento com a secretaria de desenvolvimento na pessoa do secretário em atividade remota para alinhamento em relação ao andamento dos trabalhos da equipe técnica local considerando a necessidade importância de ajustes conforme cronograma pré alinhado com o plano de trabalho apresentado pela equipe de consultoria do Prodel. Posterior a essa atividade foram feitos os monitoramentos E indicou-se a necessidade de conversar com os gestores locais do programa para refinamento das estratégias a serem utilizadas com a equipe técnica local. Como desdobramento desta atividade a equipe de consultoria sequenciou o desenvolvimento de materiais e estratégias conforme ordem de trabalho sendo

orientada uma reunião para o mês de outubro com o comitê estratégico do Prodel.

Foi realizada ainda suporte a agente de articulação para montagem dos materiais da reunião do Conselho do Prodel, bem como para acompanhamento das atividades locais em especial no que tange os projetos das CT's e ainda as demandas da equipe técnica local do Plano Diretor. .

Foi realizado ainda o monitoramento e acompanhamento dos projetos que estão sendo desenvolvidos e implementados pelos diferentes atores parceiros locais, bem como a adequação de plano de trabalho e estratégias de alguns projetos no que tange o PRODEL, em especial com as CT's de Turismo, Educação e Agricultura e Pecuária e ainda suporte e orientação da CT de Marketing.

Foi realizado suporte e acompanhamento das ações de organização do Pedal Caminhos da Colônia e ainda o desenvolvimento do formulário de avaliação do evento para os atletas.

Acompanhamos ainda as ações de comunicação do Prodel e a manutenção da atualização da plataforma Trello.

Canguçu, 10 de outubro.2022

Aline Nandi
Evandro Lembi
Eliezer Torres
CONSULTORES

RELATÓRIO MENSAL - AGENTE DE ARTICULAÇÃO PRODEL – CANGUÇU –RS

Canguçu, setembro de 2022

Durante o mês de setembro, conforme plano de trabalho global seguimos com a execução das atividades propostas no plano de trabalho com a:

Manutenção e acompanhamento do Conselho e Câmaras técnicas – com a sensibilização permanente e preparação continuada das lideranças locais para manutenção do Conselho Municipal de Desenvolvimento, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, a fim de garantir a implementação das ações e projetos propostos no plano de desenvolvimento econômico, como foco no modelo de moderação e enfoque participativo.

Monitoramento dos projetos e ações – onde atua-se no monitoramento e acompanhamento dos projetos que serão /ou estão sendo desenvolvidos e implementados pelos diferentes atores e parceiros locais, pauta-se nesta fase o desenvolvendo um quadro de metas e indicadores com vistas aos objetivos e demandas traçadas no Planejamento Estratégico com foco no Desenvolvimento Econômico Local.

Avaliação dos projetos e ações – Nesta fase a proposta é promover a avaliação e análise dos resultados dos projetos e ações desenvolvidas e seus impactos nos indicadores vinculados ao Planejamento Estratégico para a promoção do Desenvolvimento Econômico Local.

DESENVOLVIMENTO

Foi realizada atualizações do Trello- onde estão sendo realizadas ações de gestão das informações do PRODEL e ainda a gestão das redes sociais;

Foi realizada a avaliação das atividades do consultor em embutidos;

Foi realizada apresentação do destino Olivais da Serra dos Tapes na casa da Federasul na Expointer;

Foi realizado o estudo da legislação municipal para a atualização do Plano Diretor Participativo;

Foram realizadas atividades para organização do II Desafio Caminhos na Colônia

Foi realizada a inauguração do Centro de Atendimento ao Turista;

Foi realizada a inauguração e orientação dos Pontos de Atendimento ao Turista;

Foram realizadas atividades em escolas municipais sobre cicloturismo;

Foi apresentado para novos parceiros o Programa de Desenvolvimento local;

Foi realizada a divulgação do evento de cicloturismo II Desafio Caminhos na Colônia;

Foi realizado o II Desafio Caminhos na Colônia com a participação de mais de 170 atletas de 15 municípios do RS e também ciclistas do Uruguai;

Foi realizado no II Desafio Caminhos na Colônia uma multifeira com produtos e serviços locais;

Foi realizada a aplicação de questionário para os 180 atletas participantes do II Desafio Caminhos na Colônia;

Foi realizada uma avaliação da feira no II Desafio caminhos na Colônia com os empreendimentos participantes;

Foi realizada reunião para apoio na criação de cronograma da semana do empreendedorismo;

Canguçu, 10 de outubro.2022

Alexsandra Soares Domingues

Agente de Articulação

REGISTRO GERAIS DAS ATIVIDADES DO MÊS CONSULTORIA E AGENTE DE ARTICULAÇÃO



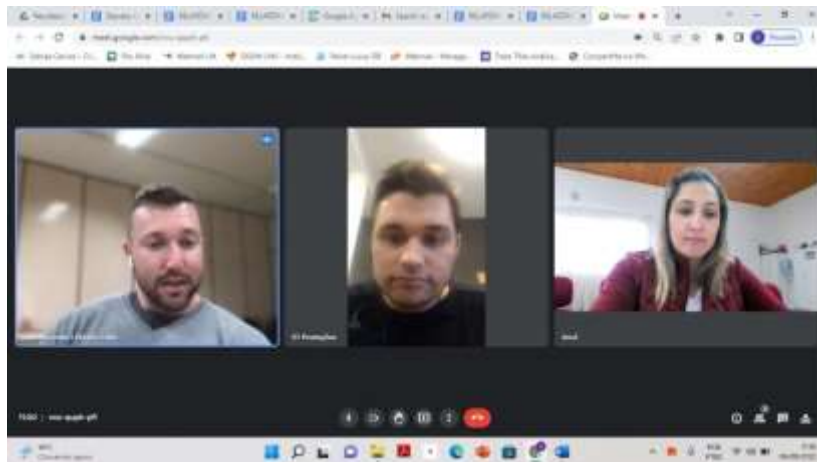
Orientação a empreendimento com selo Produto de Canguçu na Expointer
04/09/2022



Apresentação do Destino Olivais da Serra dos Tapes na Casa da Federasul
04/09/2022



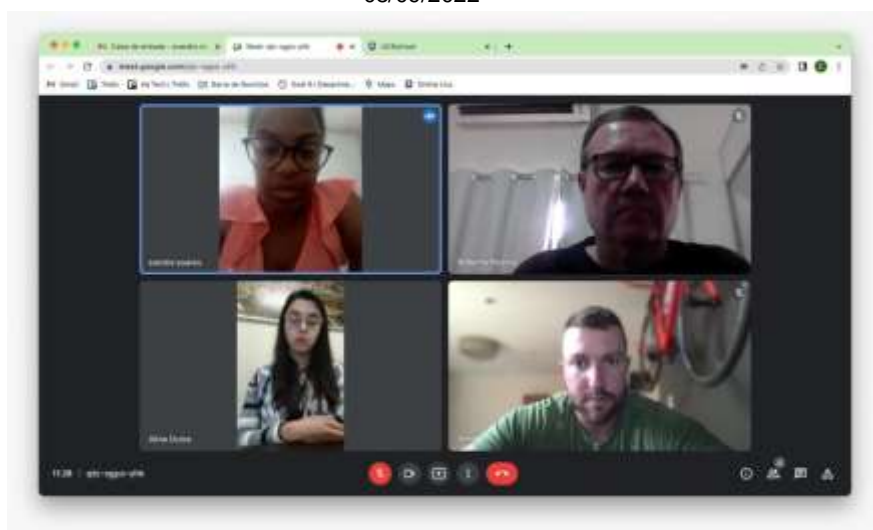
Reunião CT Turismo
05/09/2022



Reunião Consultoria PRODEL
06/09/2022



Reunião Conselho de Desenvolvimento
08/09/2022



Reunião com Gestores da Prefeitura – Sobre o Plano Diretor
09/09/2022



Inauguração dos pontos de atendimento ao turista
12/09/2022



Reunião GT Guardiões dos Caminhos
14/09/2022



Reunião com parceiros do evento de cicloturismo Caminhos na Colônia
15/09/2022



Reunião com parceiros do evento de cicloturismo Caminhos na Colônia
15/09/2022



Reunião Grupo técnico Plano diretor
16/09/2022



Atividade sobre ciclismo na escola Carlos Moreira
16/09/2022



Atividade sobre ciclismo na escola Jaime de Farias
16/09/2022



Limpeza e manutenção de placas II Desafio Caminhos na Colônia
20/09/20222



Inauguração do centro de atendimento ao turista
21/09/2022



Entrevista na rádio Kerb - Caminhos na Colônia
22/09/2022



Reunião de organização Evento Caminhos na Colônia
22/09/2022



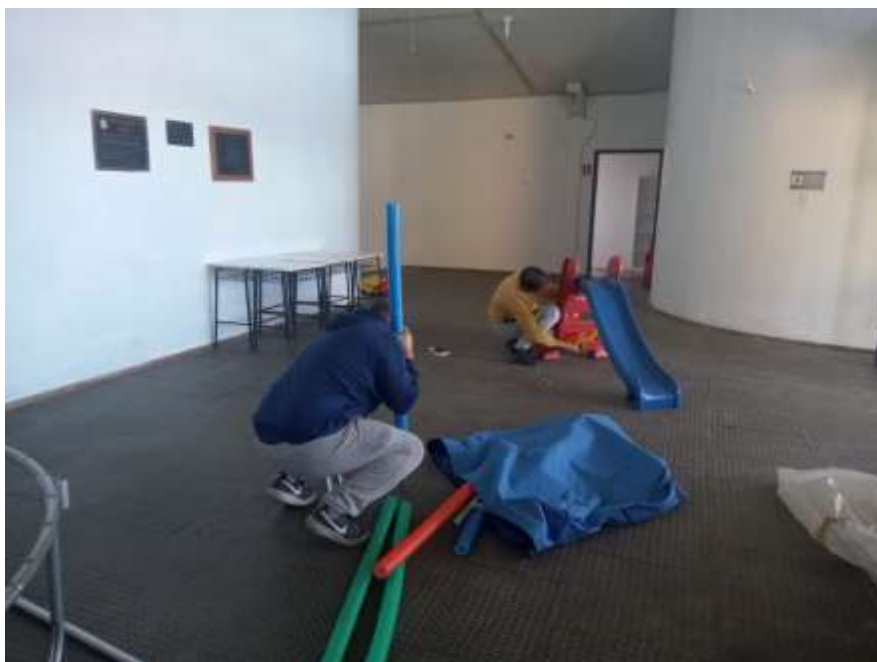
Confecção dos kits dos atletas II Desafio Caminhos na Colônia
23/09/2022



Marcação do roteiro e verificação dos pontos de apoio II Desafio Caminhos na Colônia
23/09/2022



Marcação do roteiro e verificação dos pontos de apoio II Desafio Caminhos na Colônia
24/09/2022



Montagem de material para o II Desafio Caminhos na Colônia
24/09/2022



Entrega dos Kits II Desafio Caminhos na Colônia
24/09/2022



Montagem de feira para o II Desafio Caminhos na Colônia
24/09/2022



Decoração e montagem da estrutura para o II Desafio Caminhos na Colônia
24/09/2022



Organização da alimentação do II Desafio Caminhos na Colônia
24/09/2022



Realização do II Desafio de Cicloturismo Caminhos na Colônia
25/09/2022



Organização do espaço pós evento
26/09/2022



Reunião CT Agricultura
28/09/2022

 PONTO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	5 unidades
	
 CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	1 unidades
	

Ponto de atendimento ao turista

4 MOTIVOS PARA
VOCÊ SER
VOLUNTÁRIO NO

Caminhos na colônia



1

Contribuir com o
Cicloturismo ✓

2

Contribuir com o turismo ✓

3

Contribuir com o
desenvolvimento econômico
de Canguçu ✓

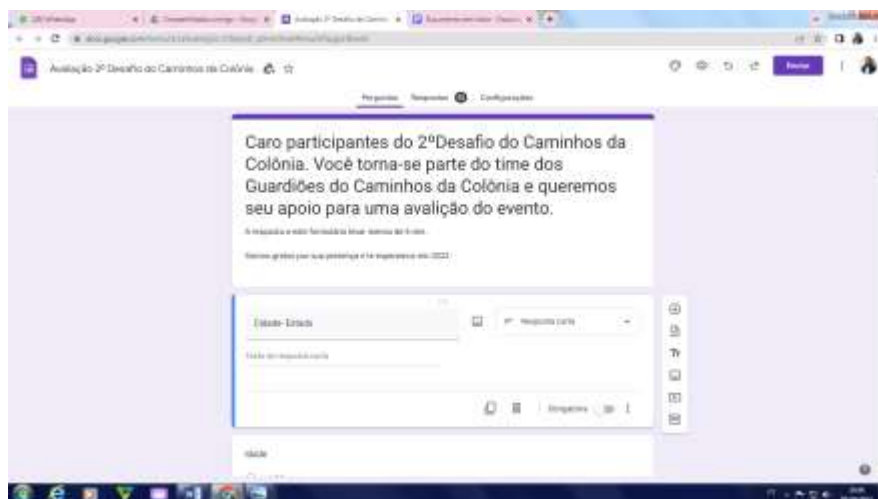
4

Contribuir com Canguçu ✓

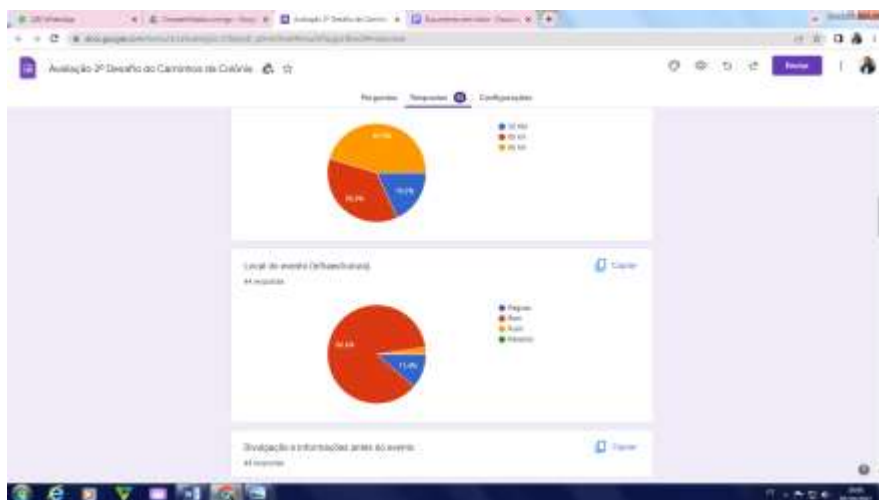
PRODEL
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

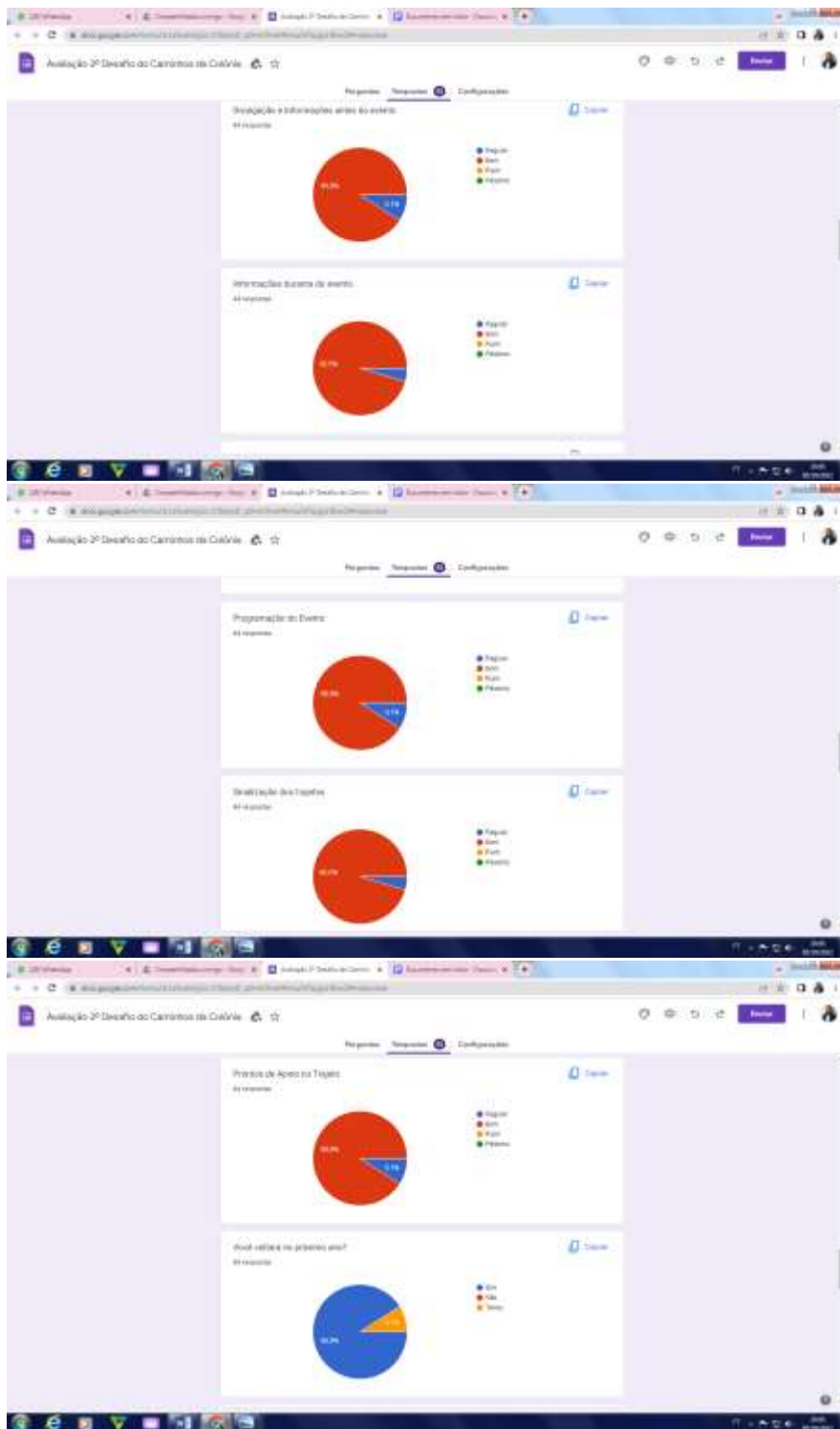
Captação de voluntários II Desafio Caminhos na Colônia

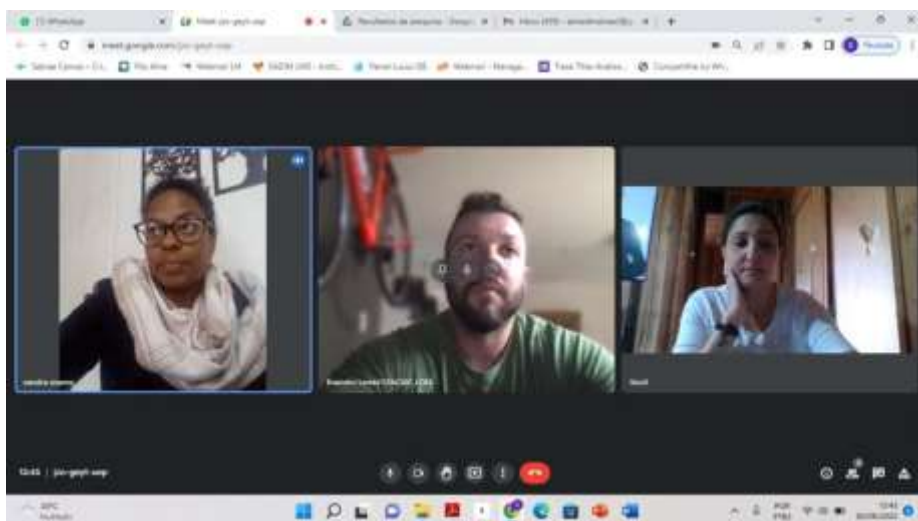
Apoio a comercialização do Destino Olivais da Serra dos Tapes



Aplicação de avaliação do II Desafio Caminhos na Colônia







Reunião de Alinhamento – Prodel
30.09.2022

Fotos Gerais do II Desafio Caminhos na Colônia:















<https://www.canguçu.rs.gov.br/portal/0/galeria-de-fotos/376/desafio-caminhos-na-colonia/#gallery1-141>

Lista de Inscritos Sprinta:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296	1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314	1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323	1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332	1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341	1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350	1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359	1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368	1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377	1378	1379	1380	1381	1382	1383	1384	1385	1386	1387	1388	1389	1390	1391	1392	1393	1394	1395	1396	1397	1398	1399	1400	1401	1402	1403	1404	1405	1406	1407	1408	1409	1410	1411	1412	1413	1414	1415	1416	1417	1418	1419	1420	1421	1422	1423	1424	1425	1426	1427	1428	1429	1430	1431	1432	1433	1434	1435	1436	1437	1438	1439	1440	1441	1442	1443	1444	1445	1446	1447	1448	1449	1450	1451	1452	1453	1454	1455	1456	1457	1458	1459	1460	1461	1462	1463	1464	1465	1466	1467	1468	1469	1470	1471	1472	1473	1474	1475	1476	1477
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

PROPOSTA DE REVISÃO Lei do Plano Diretor

Legenda –

Preto Texto anterior

Vermelho – alterações da consultoria e texto novo da consultoria

~~LEI Nº 3.173, DE 26-09-2008~~

LEI Nº xxx, DE 22/2023

~~INSTITUI O PLANO DIRETOR MUNICIPAL E ESTABELECE AS DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS.~~

INSTITUI O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E ESTABELECE AS DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS.

~~CÁSSIO LUIZ FREITAS MOTA, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica;~~

~~FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei.~~

VINICIUS PEGORARO, , Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica;

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei.

TÍTULO I DA FUNDAMENTAÇÃO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído o Plano Diretor Municipal de Canguçu/RS, com fundamento na Constituição da República; na Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade; na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. As normas, princípios básicos e diretrizes para implantação do Plano Diretor, são aplicáveis a toda a extensão territorial do Município.

~~**Art. 2º.** O Plano Diretor Municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano do Município e integra o processo de planejamento municipal.~~

~~**Parágrafo Único.** O plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual deverão incorporar as diretrizes e as prioridades contidas no Plano Diretor.~~

~~**Art. 3º.** Integram o Plano Diretor as seguintes leis:~~

~~I – Lei do Perímetro Urbano;~~

~~II – Lei do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo; composta pelas leis municipais 794/82, 11770/90, 1551/95, 1234/91 e 1670/96, com vigência limitada até a revisão que deverá ocorrer no prazo de um ano.~~

~~III – Lei do Parcelamento do Solo Urbano; 795/82 que deverá ser atualizada em até um ano da aprovação deste Plano Diretor.~~

~~IV – Lei do Sistema Viário; deverá ser elaborada em um período de até 5 anos.~~

~~**§ 1º.** Além das leis integrantes do Plano Diretor, já referidas nos incisos do *caput*, são complementares ao mesmo o Código de Obras, Lei nº 1760/97 e Código de Posturas Municipais, Lei nº 796/82.~~

~~**§ 2º.** Outras leis poderão vir a integrar ou complementar o Plano, desde que tratem de matéria pertinente ao desenvolvimento urbano e às ações de planejamento municipal.~~

§ x º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, e os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão

incorporar os princípios, diretrizes e objetivos contidos nesta lei.

Art. X ° Este Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal abrange todo o território do Município de Canguçu, adequando sua política de desenvolvimento urbano de acordo com a Lei Federal nº 10257/2001 - Estatuto da Cidade, definindo:

I - a Política e as estratégias de desenvolvimento físico-territorial do Município;

II - os critérios para garantir que a cidade cumpra com sua função social;

III - os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua função social;

III – regras orientadas para o uso, ocupação e parcelamento do solo;

IV - o planejamento e a gestão democráticos do desenvolvimento físico-territorial.

§ 1º A interpretação da presente Lei e seus anexos será realizada de forma a articular sistemática e integradamente todos dispositivos nela contidos.

§ 2º Visando a consecução da interpretação a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser rigorosamente observado o significado dos conceitos, termos técnicos e expressões utilizados na presente lei.

Art. xº O Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Canguçu consolida as normas gerais, objetivos e diretrizes técnicas, observando o dispositivo na lei orgânica, fundamentalmente a legislação urbanística abaixo arrolada, sendo integrado pelas seguintes leis:

I - código de edificações/obras;

II - lei de parcelamento do solo urbano;

III - código de posturas;

IV - lei de uso e ocupação do solo;

§ 1º A presente Lei é denominada Lei do Plano, porque fixa os objetivos, as diretrizes e estratégias do desenvolvimento do Município, o Parcelamento do Solo e o Zoneamento.

§ 2º Outras leis e decretos poderão integrar o plano, desde que cumulativamente:

I - tratem de matéria pertinente ao planejamento municipal, ao desenvolvimento urbano e rural;

II - mencionem, expressamente, em seu texto, a condição de integrantes do conjunto de leis componentes do Plano;

III - definam as ligações existentes e a compatibilidade entre os seus dispositivos e aqueles das outras leis já componentes do Plano, fazendo remissão, quando for o caso, aos artigos dessas leis.

xxx. O Plano Diretor será gerenciado pela **Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo** ou por outro órgão municipal que vier a sucedê-la em suas atribuições, acompanhados do Conselho do Plano Diretor, ~~criado por~~ **conforme Lei específica xxx, num prazo de 120 (cento e**

~~vinte) dias.~~

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 4º. A política de desenvolvimento municipal deve se pautar pelos seguintes

princípios: I - Função social da cidade;

II - Função social da propriedade;

III - Sustentabilidade;

IV - Gestão democrática e participativa.

V- Desenvolvimento do turismo e da agricultura;

VI- Valorização e proteção do Patrimônio.

Art. 5º. A função social da cidade, no Município de Canguçu, corresponde:

ao direito à cidade, nele compreendidos os direitos à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra estrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade urbana e rural e acessibilidade ao trabalho, à cultura e ao lazer.

~~Art. 6º. Para cumprir a sua função social, a propriedade deve atender, simultaneamente, no mínimo, às seguintes exigências:~~

~~I — intensidade de uso adequada à disponibilidade da infra-estrutura urbana e de equipamentos e serviços, atendendo aos parâmetros urbanísticos definidos pelo ordenamento territorial determinado nesse Plano e na Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo;~~

~~II — uso compatível com as condições de preservação da qualidade do meio ambiente, da paisagem urbana e do patrimônio cultural, histórico e arqueológico;~~

~~III — aproveitamento e utilização compatíveis com a segurança e saúde de seus usuários e da vizinhança.~~

Art. 7º. Para os fins deste Plano e da legislação pertinente, considera-se sustentabilidade o desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, boa governança, visando a garantir qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Art. 8º. A gestão democrática incorpora a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução e acompanhamento, primando pelos processos participativos.

Art xxx O desenvolvimento sustentável compreende a promoção de um desenvolvimento socialmente

justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando garantir qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Art xxx A participação popular compreende a garantia de acesso à informação, do pleno funcionamento do sistema de gestão da política urbana e da realização de eventos públicos para possibilitar a participação da população nos projetos de impacto no município de Canguçu .

Art xxx O desenvolvimento turístico compreende a valorização do turismo cultural, urbano e rural, favorecendo a formação de políticas de incentivo à implementação de atividades e rotas turísticas municipais.

Art xxx O desenvolvimento rural compreende a valorização da agricultura familiar, orgânica e agroecológica, a diversificação da produção agrícola, o suporte a comercialização dos produtos e a promoção da associação e cooperação entre produtores.

Art xxx A valorização do patrimônio cultural compreende a valorização das culturas tradicionais e das demais expressões da cultura local- com ênfase nos pomeranos, quilombolas e indígenas, favorecendo a formulação de políticas de preservação e promoção do turismo sustentável.

Comentado [1]: ção do Prognóstico: Estabelecer diretrizes e incentivos à implementação do turismo rural;

CAPÍTULO III

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Art. 9º. O Plano Diretor Municipal de Canguçu é o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal, sob o aspecto físico, social, econômico, **ambiental** e administrativo, visando à orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada, bem como ao atendimento às aspirações da comunidade, sendo a principal referência normatizadora das relações entre o cidadão, as instituições e o meio físico municipal.

Art. 10. São objetivos gerais do Plano Diretor:

I - orientar a política de desenvolvimento do município, considerando os condicionantes ambientais e utilizando adequadamente as potencialidades do meio natural, social, **cultural** e econômico da região e do Município;

II - garantir o bem-estar do cidadão e a melhoria da qualidade de vida;

III - garantir a função social da propriedade urbana e **rural**, que prevalece sobre o exercício do direito de propriedade individual;

IV - promover o desenvolvimento das funções sociais da cidade segundo princípios de eficácia, equidade e eficiência nas ações públicas e privadas no meio urbano;

V - assegurar que a ação pública do Poder Executivo e do Legislativo ocorra de forma planejada e participativa;

VI - estimular e desenvolver canais que promovam o acesso dos cidadãos à formulação,

implementação e avaliação das políticas públicas, **voltadas aos instrumentos e diretrizes do Plano Diretor;**

VII - garantir a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural, histórico e paisagístico;

VIII - garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infraestrutura urbana **e rural;**

IX - prevenir distorções e abusos no desfrute econômico da propriedade urbana e coibir o uso especulativo da terra como reserva de valor, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

X - permitir a participação da iniciativa privada em ações relativas ao processo de urbanização, mediante o uso de instrumentos urbanísticos diversificados, quando for de interesse público e compatível com a observação das funções sociais da cidade.

Art. 11. Os objetivos do Plano Diretor serão atendidos com base na implementação de políticas setoriais, integradas para ordenar a expansão e o desenvolvimento do Município, permitindo seu crescimento planejado, ambientalmente sustentável, **socialmente justo, culturalmente equilibrado,** com melhoria da qualidade de vida.

TÍTULO II

DAS DIRETRIZES SETORIAIS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DO DESENVOLVIMENTO ~~SOCIAL~~, ECONÔMICO , TURÍSTICO e AGROPECUÁRIO

Art. 12. A política de promoção do desenvolvimento ~~social~~ e econômico e **turístico** de Canguçu terá por fim a proteção do meio ambiente, a redução das desigualdades sociais e a ~~melhoria~~ **promoção** da qualidade de vida da população.

Art. 13. Na política de desenvolvimento ~~social~~ e econômico devem ser observadas as seguintes diretrizes:

I - fortalecer a agroindústria, ampliando o valor agregado da produção primária;

II - estimular o fortalecimento das cadeias produtivas do Município e da região;

III - fortalecer a produção agropecuária do município e diminuir a dependência no abastecimento;

VI - promover o aumento das linhas de financiamento e crédito à atividade agrícola;

IV - apresentar alternativas ao pequeno produtor de como explorar suas terras de forma racional, ambientalmente correta e lucrativa;

VII - elaborar o zoneamento ecológico-econômico;

VIII - atrair novos setores produtivos para o Município, em consonância com a política de desenvolvimento regional;

IX - criar a política de incentivo à implantação de indústrias, **com ênfase nos campos de competência municipal;**

X - incentivar o empreendedorismo, a partir da identificação de vazios econômicos no município, através de ferramentas **de geografia de mercado de de planejamento e estudos de mercado, bem como das competências locais;**

XI - consolidar o setor industrial do município como espaço físico, disciplinando a ocupação e a expansão deste;

XII - fortalecer as atividades comerciais do município através da estruturação e consolidação do centro urbano tradicional, **estimulando a ampliação das atividades econômicas para fora do eixo central tradicional promovendo maior equilíbrio no território;**

XIII - incentivar o ensino e a pesquisa, promovendo planos conjuntos com instituições de ensino superior da região.

X - possibilitar o uso misto em mais áreas da cidade, favorecendo a implantação de pequenos comércios e serviços;

x - desenvolvimento, através de parceria, cursos básicos de qualificação de mão de obra nas diversas áreas;

x- incentivo à implantação de novos empreendimentos;

x - apoio a empresas e indústrias já instaladas;

x - fortalecimento do comércio e prestação de serviço local;

x- espaços comerciais e de serviços nos corredores turísticos;

X – Fomento à inovação;

xxx. Na política de desenvolvimento **turismo** devem ser observadas as seguintes diretrizes:

x. Cabe ao Poder Executivo promover e incentivar o turismo como fator estratégico de desenvolvimento econômico e social do Município visando a ampliar gradativamente e quantitativamente os fluxos de visitantes **e turistas** para o Município e aumentar a taxa de permanência média de turistas na cidade.

x- apoio ao roteiro de cicloturismo Caminhos da Colônia

x- apoio ao roteiro de turismo rural

x- apoio ao roteiro de Olivais da Serra dos Tapes

x – ampliação de programas de fomento e integração das atividades rurais com a turística

x – parque municipal da Santa xxxx
x- eventos voltados ao fortalecimento das atividades turísticas locais
X criar os corredores turísticos
x- preservar o patrimônio histórico;
x– manter e prezar pela Arquitetura pomerana através de sua regulamentação;
x - delimitar áreas de interesse turístico;
x - incentivar as empresas que operacionalizem a integração turística regional;
x - apoiar e incentivar as expressões artísticas culturais;
V- incentivar o embelezamento e ajardinamento;

I - otimizar o aproveitamento econômico do potencial turístico do Município, como fonte de empregos e geração de renda;

II - consolidar e fomentar o turismo na zona rural

III - estimular o turismo agroecológico e de natureza em propriedades rurais;

IV - ~~criar um~~ fomentar os roteiros turísticos de referência no município;

V - estimular a construção de equipamentos de hospedagem na zona urbana e rural, fomentando o desenvolvimento do turismo;

VI - fortalecer as atividades gastronômicas, culturais e tradicionais no município.

xxx. Na política de desenvolvimento da agropecuária devem ser observadas as seguintes diretrizes:

Art. 12. O fortalecimento da agropecuária tem por destinação promover o fortalecimento da pequena propriedade rural como fator de desenvolvimento socioeconômico, através da promoção da infraestrutura e diversificação das atividades agropecuárias, compatibilizando a preservação do meio ambiente.

I - melhorar a acessibilidade e facilitar o escoamento da produção;

II - diversificar as atividades;

III - dotar a área rural de oportunidades;

IV - fortalecer a identidade comunitária e regional, bem como a cultura associativa e cooperativa.

I - firmação de convênios para viabilizar assistência técnica à pequena propriedade;

II – ampliação da patrulha mecanizada;

III - apoio a agregação de valor aos produtos agrícolas;

IV - fomento do associativismo e cooperativismo;

V - melhorar a manutenção das estradas municipais para facilitar o escoamento da produção;

VI - estudo das áreas de reflorestamento nas propriedades;

VII - busca de parcerias para melhorar o abastecimento de água na área rural;

VIII - incentivar a produção agropecuária com subsídios e insumos;

IX - oportunizar cursos técnicos;

X - firmar convênios para viabilizar a construção de habitações rurais;

X – agroecologia

X - agricultura familiar e produção de alimentos

X – Comunidades tradicionais

X – Assentamentos

X – Integração com o turismo

CAPÍTULO II

DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Art. 16. Constituem-se elementos de Política Social:

I - Educação;

II - Saúde;

III - Assistência Social;

IV - Lazer, Esporte e Cultura;

V - Habitação.

Art. 17. A Política Municipal de Educação tem como objetivos:

I - democratizar o acesso à educação básica nas etapas da educação infantil e fundamental, em regime de colaboração com as demais esferas do poder público;

II - garantir o acesso ao ensino formal a jovens e adultos;

III - implantar as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

IV - implementar a rede hierarquizada escolar, de modo a:

a) reconstruir, redimensionar e ampliar os serviços de ensino e em relação à sua demanda potencial;

b) reestruturar o atendimento pré-escolar

V - ampliar a rede física escolar, adequando-a às necessidades da população.

X – consolidar e modelo das Escolas do Campo;

X – Fomento ao empreendedorismo, cooperativismo, educação empreendedora e financeira;

X - Ampliar o uso de tecnologias em sala de aula com ênfase no desenvolvimento de novas competências;

x-consolidar o tema da inovação ;

V - buscar mecanismos para implantação do ensino de idiomas alemão/pomerano;

V – manter o ensino da língua indígena e pomerana nas comunidades tradicionais

VI - implantação de período integral para educação infantil e ensino fundamental;

VII - capacitação continuada aos técnicos das áreas da educação;

Art. 18. A Política Municipal de Saúde tem como objetivos:

I - universalizar a assistência pública de saúde a toda a população do município, dentro da competência orçamentária;

II - promover a integração entre as ações e a descentralização dos serviços;

III - proporcionar ações e serviços de saúde de menor grau de complexidade nas unidades de saúde, distribuídas por todo o território municipal;

x- ampliar o atendimento de especialidades médicas;

x – manutenção da UTI no Hospital;

x- ampliação dos serviços de saúde para mulheres, crianças e idosos;

Art. 19. A Política Municipal de Assistência Social tem como objetivos:

I - promover a inserção das pessoas em situação de vulnerabilidade nas atividades produtivas e na economia;

II - integrar a assistência social às demais políticas públicas para a promoção da autonomia social e econômica, e do convívio social;

III - atuar de forma preventiva, no que se refere a processos de exclusão social;

IV - fomento a estudos e pesquisas e pesquisas para a identificação de demandas e produção de informações que subsidiem o planejamento e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da Política de Assistência Social;

V - monitoramento e avaliação contínuos da implementação e dos resultados e impactos da Política de Assistência Social.

X – programas voltados ao primeiro emprego para jovens

X – fomento a políticas afirmativas de trabalho e renda para mulheres e idosos

Art. 20. A Política Municipal de Lazer, Esporte e Cultura tem como objetivos:

I - desenvolver o lazer, e esporte e a cultura no município;

II - democratizar o acesso às atividades existentes;

x - fortalecer os atuais equipamentos culturais e a implantação de novas áreas de lazer e espaços destinados às festividades típicas;

x- promover a integração da cultura e do esporte com o turismo;

x promover ações e eventos do setor;

x- articular e integrar os equipamentos culturais públicos e privados;

x - otimizar o uso dos espaços de lazer, esporte e cultura já existentes,

x – dotar os equipamentos de cultura e lazer com melhor infra-estrutura e acessibilidade;

x apoiar iniciativas de criação de novos espaços culturais.

~~**Art. 21.** Para atingir os objetivos propostos da Política Municipal de Lazer, Esporte e Cultura, buscar-se-á promover ações e eventos do setor; articular e integrar os equipamentos culturais públicos e privados; otimizar o uso dos espaços de lazer, esporte e cultura já existentes, dotando-os de melhor infra-estrutura e acessibilidade; e apoiar iniciativas de criação de novos espaços culturais.~~

Art. 22. A Política Municipal de Habitação tem como objetivo geral ~~solucionar~~ **reduzir** a carência habitacional no município, garantindo o acesso à terra urbanizada e à moradia aos habitantes do município.

Art. 23. Para a consecução da Política Municipal **de Habitação** deverão ser adotadas as seguintes diretrizes:

I - Democratizar o acesso ao solo urbano e a oferta de terras, a partir da parceria com poder público e da utilização de instrumentos do Estatuto da Cidade;

II - coibir as ocupações em áreas de risco e não edificáveis;

III – ~~elaborar~~ **implementar** o Plano Municipal de Habitação, ~~em um prazo de até 5 anos;~~

Comentado [2]: ver a vigência do plano municipal de habitação

IV - garantir a sustentabilidade social, **cultural**, econômica e ambiental nos programas habitacionais, por intermédio das políticas de desenvolvimento econômico e de gestão ambiental;

V - promover a qualificação urbanística e regularização fundiária dos assentamentos habitacionais precários e irregulares;

VI - assegurar o apoio e o suporte técnico às iniciativas individuais ou coletivas da população para produzir ou melhorar a moradia;

VII - promover a remoção de famílias que estejam residindo em áreas de risco, em locais de interesse ambiental ou em locais de interesse urbanístico e **garantir** alternativas habitacionais para essas famílias;

VIII - recuperar as áreas de preservação ambiental, ocupadas por moradia, não passíveis de urbanização e regularização fundiária;

IX - estimular a produção, pela iniciativa privada, de unidades habitacionais voltadas para o mercado popular;

X - ampliar as áreas destinadas à habitação de interesse social, **primando pela integração social e acesso aos serviços públicos;**

XI - promover o acesso à terra, através da utilização adequada das áreas ociosas;

XII - inibir o adensamento e a ampliação das áreas irregulares existentes;

XIII - criar sistema atualizado de informações sobre as condições de moradia e acesso à terra;

Comentado [3]: ver se temos algo

XIV - assegurar a participação popular nos projetos e planos urbanos **e rurais;**

x- viabilizar à população o acesso a Programas de recuperação e melhoria de habitações;

x- articular, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

x- mobilizar recursos para viabilizar a produção e comercialização subsidiada de Habitação para a População de menor renda;

x- facilitar o acesso à Habitação mediante incentivos para a população, na compra de imóveis.

x - combater os fenômenos de segregação urbana, desequilíbrios sociais e urbanísticos.

Art. 24. O Plano Municipal de Habitação deverá conter, no mínimo:

- ~~I – diagnóstico das condições de moradia no Município;~~
- ~~II – cadastro das áreas de risco, áreas ocupadas e ocupações irregulares;~~
- ~~III – identificação das demandas por região do município e natureza das mesmas;~~
- ~~IV – objetivos, diretrizes e ações estratégicas para a Política Municipal de Habitação definida nesta Lei;~~
- ~~V – definição de metas de atendimento da demanda, com prazos, priorizando as áreas mais carentes.~~

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA AMBIENTAL MUNICIPAL

Art. 25. São objetivos da Política Ambiental Municipal qualificar o território municipal, através da valorização do Patrimônio Ambiental, promovendo suas potencialidades e garantindo sua perpetuação, e da superação dos conflitos referentes à poluição e degradação do meio ambiente e saneamento.

Parágrafo único. O Patrimônio Ambiental abrange:

- I - patrimônio cultural: conjunto de bens imóveis de valor significativo - edificações isoladas ou não, parques urbanos e naturais, praças, sítios e paisagens, assim como manifestações culturais - tradições, práticas e referências, denominados de bens intangíveis – e que conferem identidade a estes espaços.
- II - patrimônio natural: os elementos naturais ar, água, solo e subsolo, fauna, flora, assim como as amostras significativas dos ecossistemas originais indispensáveis à manutenção da biodiversidade ou à proteção das espécies ameaçadas de extinção, as manifestações fisionômicas que representam marcos referenciais da paisagem, que sejam de interesse proteger, preservar e conservar a fim de assegurar novas condições de equilíbrio urbano, essenciais à sadia qualidade de vida.

Art. 26. Constituem diretrizes da Política Ambiental Municipal:

- I - implementar as diretrizes contidas na Política Nacional do Meio Ambiente, Política Nacional de Recursos Hídricos, Política Nacional de Saneamento, Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar, Lei Orgânica do Município, Plano Municipal Ambiental e demais normas correlatas e regulamentares da legislação federal e da legislação estadual, no que couber;
- II - proteger e recuperar o meio ambiente e a paisagem urbana e rural;
- III - controlar e reduzir os níveis de poluição e de degradação em quaisquer de suas formas;
- IV - pesquisar, desenvolver e fomentar a aplicação de tecnologias orientadas ao uso racional e à proteção dos recursos naturais;
- V - ampliar as áreas integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município;
- VI - incentivar a adoção de hábitos, costumes, posturas, práticas sociais e econômicas que visem à proteção e restauração do meio ambiente;
- VII - preservar os ecossistemas naturais e as paisagens notáveis;
- VIII - preservar e valorizar o patrimônio cultural do município;
- IX - garantir a produção e divulgação do conhecimento sobre o meio ambiente por um sistema de

informações integrado.

X - trabalhar no Licenciamento Ambiental, dentro dos padrões da Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA, conforme estabelecido na RESOLUÇÃO CONAMA 237/1997, atendendo aos requisitos constantes na RESOLUÇÃO CONSEMA N.º 102/2005, mantendo o status de município habilitado;

Comentado [4]: ver se precisamos citar os números ou deixar genérico

XI - implementar o controle de produção e circulação de produtos perigosos.

XII - implantar parques dotados de equipamentos comunitários de lazer, desestimulando invasões e ocupações indevidas;

XIII - controlar a atividade de mineração e dos movimentos de terra no Município e a exigência da aplicação de medidas mitigadoras de seus empreendedores, encaminhando possíveis denúncias aos órgãos competentes do estado e federal;

XIV - controlar as fontes de poluição sonora.

XV - Proibir a Criação de animais de grande porte, dentro dos Perímetros Urbanos, tais como: bovinos, equinos, suínos, etc. (ver se isso vai para o código e posturas)

Comentado [5]: como vamos tratar este tema com a ampição urbana – e seus usos ?

XVI - Não permitir a pulverização aérea de agrotóxicos nas plantações localizadas a menos de 500 metros de áreas povoadas e de mananciais provedoras de fontes de consumo coletivo de água;

Comentado [6]: qual a normativa ambiental vigente

XVII - promover a educação ambiental como instrumento para sustentação das políticas públicas ambientais, buscando a articulação com as demais políticas setoriais;

XVIII - promover a qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, por meio do planejamento e do controle ambiental;

XIX - incorporar às políticas setoriais o conceito da sustentabilidade e as abordagens ambientais;

XX - criar mecanismos de informação à população sobre os resultados dos serviços de saneamento oferecidos;

XXI - garantir a proteção da cobertura vegetal existente no município e a proteção das áreas de interesse ambiental e a diversidade biológica natural;

XXII - implementar programas de reabilitação das áreas de risco;

XXIII - garantir a permeabilidade do solo urbano e rural;

XXIV - assegurar à população do Município oferta domiciliar de água para consumo residencial e outros usos, em quantidade suficiente para atender as necessidades básicas e qualidade compatível com os padrões de potabilidade;

XXV - fomentar estudos hidrogeológicos no município;

XXVI - garantir a conservação dos solos como forma de proteção dos lençóis subterrâneos;

XXVII - controlar a ocupação do solo nas áreas próximas aos poços de captação de água subterrânea;

XXVIII - conscientizar a população quanto à correta utilização da água;

XXIX - proteger os cursos e corpos d'água do município, suas nascentes e matas ciliares;

XXX - desassorear e manter limpos os cursos d'água, os canais e galerias do sistema de drenagem, respeitada a legislação ambiental;

XXXI – buscar soluções integradas para ampliar as medidas de saneamento básico para as áreas deficitárias, por meio da complementação e/ou ativação das redes coletoras de esgoto e de água;

XXXII - implementar um sistema de coleta de águas pluviais nas áreas urbanizadas do território,

de modo a evitar a ocorrência de alagamentos;

XXXIII - elaborar e implementar sistema eficiente de gestão de resíduos sólidos, garantindo a ampliação da coleta seletiva de lixo e da reciclagem, bem como a redução da geração de resíduos sólidos;

XXXIV - modernizar e ampliar o sistema de coleta de lixo, com organização especial das bases do serviço, e racionalização dos roteiros de coleta;

XXXV - ~~instituir~~ **incentivar e fomentar** a usina de reciclagem de resíduos;

Xxx – fomentar as ações locais de reciclagem como forma de apoio e fortalecimento da cooperativa local de catadores;

XXXVI - aprimorar as técnicas utilizadas em todo processo de coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos, ~~inclusive o processo de incineração;~~

XXXVII - eliminar os efeitos negativos provenientes da inadequação dos sistemas de coleta e disposição final dos resíduos coletados;

XXXVIII - garantir a participação efetiva da comunidade visando ao combate e erradicação dos despejos indevidos e acumulados de resíduos em terrenos baldios, logradouros públicos, pontos turísticos, rios, canais, valas e outros locais.

x - promover a gestão ambiental, através da conservação dos solos, gestão por micro-bacias hidrográficas, proteção de matas ciliares e criação de Unidades de Conservação;

x- operacionalização das políticas indicadas no Plano Municipal de Saneamento;

x – Mapa das APPs

x- fomento a meios de produção com redução do uso de agrotóxicos/

x – apoio à agricultura orgânica e agroecológica

x – cuidado com as águas;

x incentivo a meios de salvaguarda d'água;

x – reduzir os índices de desmatamento

x – criar as barreiras (agrotóxicos)

x- equacionar o tratamento e destinação dos dejetos de animais criados em regime intensivo;

xx - aumentar e regenerar a vegetação das margens dos rios e recuperar as matas ciliares com espécies nativas, bem como garantir a preservação do Bioma Pampa e demais biomas tradicionais ;

Art. 27. Deve ser atualizado, no prazo máximo de 5 (cinco) anos, o Plano de Gestão Ambiental de Canguçu, como instrumento da gestão ambiental, contemplando obrigatoriamente o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, voltado à reciclagem e disposição final adequada.

Comentado [7]: Ver qual o plano vigente

CAPÍTULO IV

DA MOBILIDADE URBANA

Art. 28. Mobilidade urbana é o conjunto de políticas de transporte e circulação que visam a proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, garantindo a acessibilidade, equidade, segurança e a circulação das pessoas e das mercadorias, orientada para a inclusão social.

Art. 29. O Sistema de Mobilidade Urbana é integrado pelo sistema viário e pelo transporte municipal, que devem articular as diversas partes do Município.

Art. 30. O Sistema Viário é constituído pela infraestrutura física das vias e logradouros que compõem a malha por onde circulam os veículos, pessoas e animais.

Parágrafo Único. O Sistema Viário Municipal e suas diretrizes são objeto de lei específica, que deverá integrar este Plano Diretor Municipal ~~em um prazo de até 5 (cinco) anos.~~

Art. 31. O Sistema de Transporte Municipal é constituído pelos serviços de transportes de passageiros e de mercadorias, abrigos, estações de passageiros e operadores de serviços, submetidos à regulamentação específica para sua execução.

Art. 32. São objetivos do Sistema de Mobilidade Urbana:

I - priorizar a acessibilidade de pedestres, pessoas com necessidades especiais e pessoas com mobilidade reduzida, ao transporte motorizado;

II - viabilizar o acesso ao transporte público para toda a população;

III - priorizar o transporte coletivo sobre o individual;

IV - reduzir a necessidade de deslocamentos dentro do município;

V - melhorar a fluidez do trânsito, mantendo-se os níveis de segurança internacional definidos pela comunidade técnica;

VI - promover a distribuição dos equipamentos em consonância com as demandas localizadas;

VII - adequar o sistema viário ao transporte coletivo.

x- fluxo de máquinas e equipamentos rurais – nas áreas de expansão urbana e áreas rurais com amplo fluxo destes equipamentos;

x - assegurar a aplicabilidade do plano de mobilidade

Art. 33. São diretrizes do Sistema de Mobilidade Urbana:

- I - tratar de forma integrada as questões de transporte, trânsito e uso do solo;
 - II - priorizar a circulação dos pedestres em relação aos veículos motorizados e dos veículos coletivos em relação aos particulares;
 - III - regulamentar todos os serviços de transporte do município;
 - IV - revitalizar/recuperar/construir passeios, viabilizando e otimizando a circulação de pedestres;
 - V - permitir integração do transporte com outros municípios;
 - VI - articular as vias com as rotas do transporte coletivo;
 - VII - garantir a utilização do transporte coletivo municipal pelos portadores de necessidades especiais;
 - VIII - garantir o processo participativo na construção do novo modelo de transporte;
 - ~~IX - garantir manutenção preventiva no transporte coletivo para o conforto dos usuários e controle de poluentes;~~
 - X - implementar políticas de segurança do tráfego urbano e sinalização urbana;
 - XI - reduzir o conflito entre o tráfego de veículos e o de pedestres;
 - XII - estabelecer programa periódico de manutenção do sistema viário;
 - XIII - ~~manter o~~ **manter o** ~~eriar~~ cadastro das vias não pavimentadas, incluindo-as em programa de pavimentação;
 - XIV - implantar melhorias e alteração de circulação viária na área central, redefinindo as rotas para veículos de carga;
 - XV - melhorar os acessos às propriedades e comunidades rurais.
- x- priorizar a ampliação e manutenção da sinalização urbana e rural;
- x - adotar mecanismos de sinalização horizontal/vertical que garanta o direito de ir e vir com segurança a todas as camadas sociais;
- x – assegurar espaços seguros para práticas de caminhada, ciclismo e cicloturismo e, todo o território ;
- x– orientar a implantação de passeios públicos padronizados através da utilização de cartilhas técnicas sobre o tema;

Comentado [8]: Legislação nacional – não vejo necessidade de estar aqui

CAPÍTULO xxx

DA INFRAESTRUTURA

Art. X a infraestrutura tem por denteção promover a melhoria da Infraestrutura urbana e rural visando a melhoria da qualidade de vida da População, buscando a integração da área urbana com a área rural.

Art. xxx. O eixo infraestrutura tem por objetivos:

- I - dotar com infraestrutura as estradas municipais estruturantes;
- II - promover a integração da área rural com a urbana, melhorando a infraestrutura na área rural;
- III - garantir a melhoria das vias urbanas e estradas municipais.
- IV – garantir a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida e pessoas idosas.
- V - ampliar o sistema de saneamento básico.
- VI- pavimentação das vias urbanas e estradas municipais;
- VII- ampliar a rede de esgoto;
- VIII - ampliação as áreas de lazer e equipamentos urbanos na área urbana e rural;
- IX – ampliação do ponto de captação e aumentando a capacidade de abastecimento de água potável urbana.
- X – internet
- XI- energia
- XII – novas fontes energéticas

TÍTULO xxx

DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

Art. 34. O ordenamento territorial consiste na organização e controle do uso e ocupação do solo no território municipal, de modo a evitar e corrigir as distorções do processo de desenvolvimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, o desenvolvimento econômico e social e a qualidade de vida da população.

§ 1º. Em conformidade com o Estatuto da Cidade, o ordenamento territorial abrange todo o território municipal, envolvendo áreas urbanas e áreas rurais.

2º. A legislação de uso e ocupação do solo complementa o disposto neste capítulo.

Art. 35. Constituem objetivos gerais do ordenamento territorial:

- I - definir perímetro urbano e áreas de urbanização específica para o Município;
- II - organizar o controle do uso e ocupação do solo nas áreas urbanas;

III - definir áreas especiais que, pelos seus atributos, são adequadas à implementação de determinados programas de interesse público ou necessitam de programas especiais de manejo e proteção;

IV - definir diretrizes viárias;

V - qualificar os usos que se pretendem induzir ou restringir em cada área da cidade;

VI - promover o adensamento compatível com a infraestrutura em regiões de baixa densidade e/ou com presença de áreas vazias ou subutilizadas;

VII - preservar, recuperar e sustentar as regiões de interesse histórico, paisagístico, cultural e ambiental;

VIII - Urbanizar e qualificar a infraestrutura e habitabilidade nas áreas de ocupação precária e em situação de risco;

IX - combater e evitar a poluição e a degradação ambiental;

X - integrar e compatibilizar o uso e a ocupação do solo entre a área urbana e a área rural do Município;

CAPÍTULO I

DO MACROZONEAMENTO

Art. 36. O Macrozoneamento fixa as regras fundamentais de ordenamento do território e tem como objetivo definir diretrizes para a utilização dos instrumentos de ordenação territorial e de zoneamento de uso e ocupação do solo, **tendo como referência as características dos ambientes natural e construído.**

Art. 37. Consideram-se Macrozonas, delimitadas no Anexo I – Macrozoneamento, integrante desta lei:

I – Macrozonas **de consolidação** Urbanas;

x– Macrozonas de transição e/ou expansão urbana;

II - Macrozonas Rurais;

III - Macrozona Remanescente Quilombola;

IV - Macrozona ~~de incentivo ao turismo~~ **de interesse turístico;**

V - Macrozona de Preservação Permanente;

X – macrozona de interesse ambiental

§ 1º As macrozonas são unidades territoriais que fixam os princípios fundamentais do uso e ocupação do solo em concordância com os princípios, objetivos e diretrizes deste Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, definindo uma visão de conjunto que integra todo o município.

§ 2º As zonas são subdivisões das macrozonas em unidades territoriais que servem como referencial mais detalhado para a definição dos parâmetros de uso, ocupação do solo, definindo as áreas de interesse onde se pretende incentivar, coibir ou qualificar a ocupação.

SEÇÃO I

DAS MACROZONAS URBANAS

Art. 38. As Macrozonas Urbanas são as seguintes:

I - Macrozona Urbana Consolidada, formada pelo perímetro urbano da sede municipal, onde se concentra a maior população urbana do município; ~~Anexo Ia~~

II - Macrozona Urbana em Dinamização, formada pela previsão de expansão do perímetro urbano do município de Canguçu; ~~Anexo Ib~~

III - Macrozona Urbana de Uso Controlado, formada pelas localidades na zona rural do município consideradas com características urbanas pela administração municipal: ~~1. Posto Branco, 2. Vila Campos, 3. Vila Lacerda, 4. Vila Silva, 5. Vila Flor da Palma, 6. Nova Gonçalves, 7. Trapeira, 8. Coxilha dos Piegas, 9. Vila Marques, 10. Glória, 11. Solidez, 12. Alto Alegre e Harmonia, 13. Florida e 14. Sanga Funda. Anexo Ic~~

§ 1º. A delimitação dos perímetros urbanos é objeto de lei específica, integrante deste Plano Diretor Municipal.

§ 2º. O perímetro urbano da sede fica dividido em zonas de uso e ocupação do solo, conforme determinado em lei específica, integrante deste Plano Diretor Municipal.

§ 3º. Os parâmetros para o uso, a ocupação e o parcelamento do solo são definidos em lei específica, integrante do presente Plano Diretor Municipal.

~~§ 4º. Os perímetros e o regime de usos da Macrozona de Uso Controlado será estipulado por Lei e mapa integrantes deste Plano Diretor a serem anexados em um prazo de 1 (um) ano.~~

SEÇÃO X

DAS MACROZONAS DE TRANSIÇÃO/EXPANSÃO URBANA

DESCREVER

XXXX

SEÇÃO H X DAS MACROZONAS RURAIS

Art. 39. As Macrozonas Rurais caracterizam-se por áreas aptas para atividades agropecuárias e outras relacionadas ao setor primário, base principal da economia do município, conforme mapa Anexo II;

Art. 40. As Macrozonas Rurais dividem-se em:

- A- Macrozona Rural de agricultura familiar;
- B- Macrozona Rural de pecuária familiar;
- C- Macrozona Rural de pecuária extensiva;

~~**Parágrafo Único:** Os planos e usos a serem incentivados nestas macrozonas rurais serão fruto de legislação específica a ser anexada a este Plano Diretor posteriormente.~~

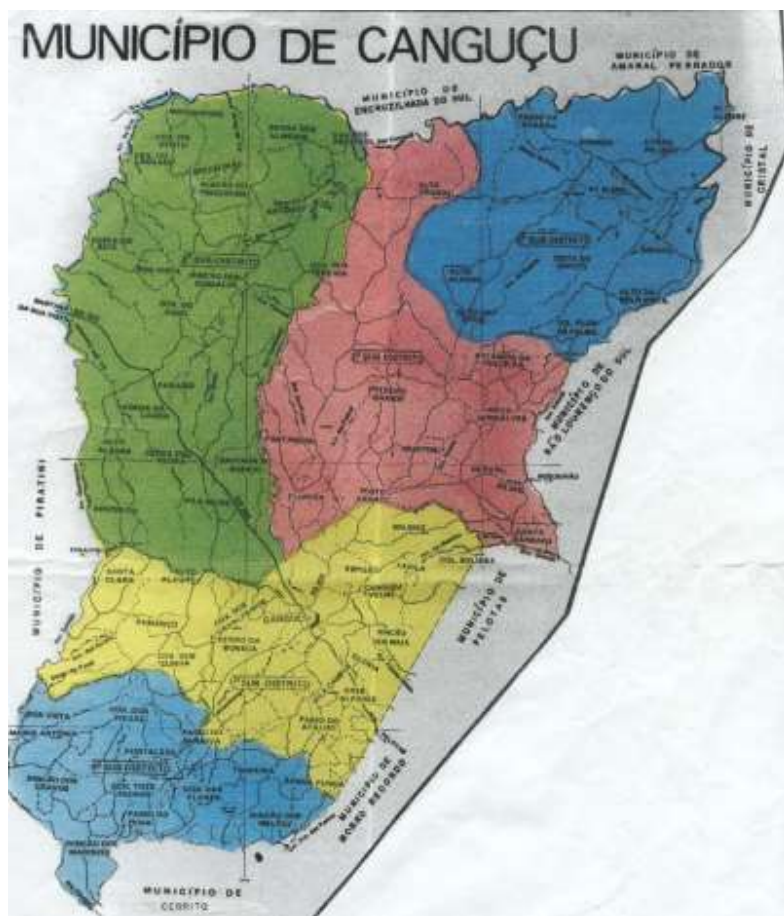
XX. Os parâmetros para o uso, a ocupação e o parcelamento do solo das Macrozonas Rurais são definidos em lei específica, integrante do presente Plano Diretor Municipal.

8-3
8-1
8-4
8-3
8-2

S-2
S-1
S-4

~~ANEXO IC – MACROZONA URBANA DE USO
CONTROLADO MAPA CANGUÇU~~

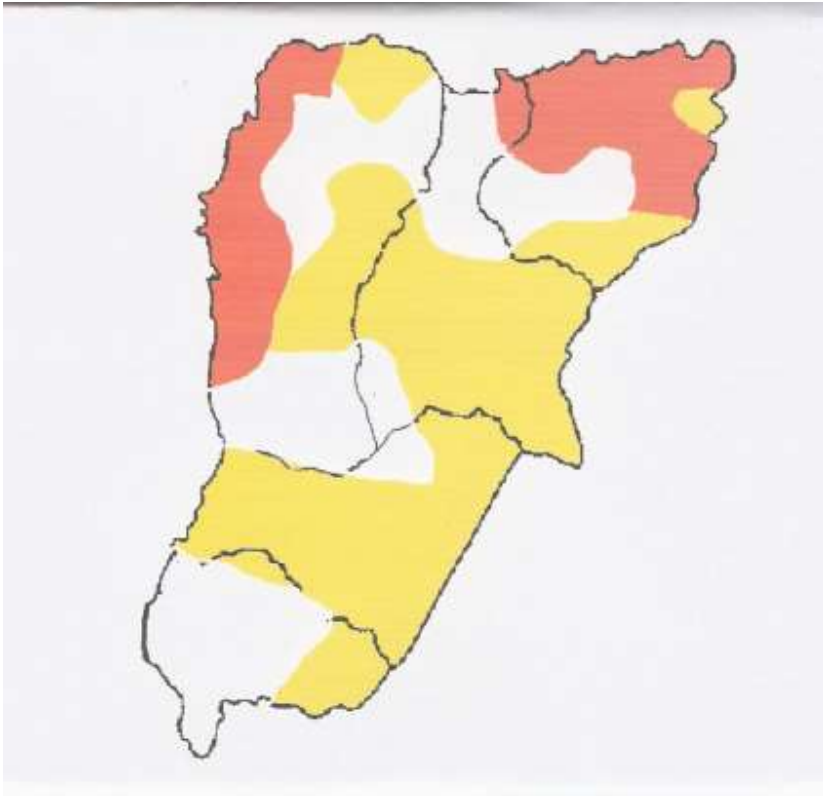
~~5~~
~~6~~
~~12~~
~~1~~
~~13~~
~~4~~
~~11~~
~~3~~
~~8~~
~~2~~
~~10~~
~~7~~
~~14~~
~~9~~



~~01~~
~~Posto Branco 08~~ ~~Coxilha dos Piegas 02~~ ~~Vila Campos 09~~ ~~Vila Marques 03~~
~~Vila Lacerda 10~~ ~~Glória 04~~ ~~Vila Silva 11~~ ~~Solidez 05~~ ~~Vila Flor da Palma 12~~
~~Alto Alegre e Harmonia 06~~ ~~Nova Gonçalves 13~~ ~~Florida 07~~ ~~Trapeira 14~~
~~Sanga Funda~~

ANEXO H-X

MACROZONAS RURAIS



A - MACROZONA RURAL DE AGRICULTURA FAMILIAR

B- MACROZONA RURAL DE PECUÁRIA FAMILIAR

C- MACROZONA RURAL DE PECUÁRIA EXTENSIVA

SEÇÃO H-X

DA MACROZONA REMANESCENTE QUILOMBOLA

Art. 41. A Macrozona Remanescente Quilombola corresponde à área territorial rural, ocupada por grupo etnoraciais, remanescentes das comunidades de quilombos. O perímetro da área será definido por Lei e mapa a serem anexados a este Plano Diretor.

Parágrafo Único. Na Macrozona Remanescente Quilombola, os usos permitidos são o uso residencial, o turismo, a agricultura familiar e outras atividades agropecuárias de baixo impacto ambiental, respeitados os usos, costumes e tradições dos moradores, preservando a cultura e promovendo políticas de apoio a sua preservação.

Comentado [9]: Rever de acordo com reunião com a comunidade

SEÇÃO IV

DA MACROZONA DE ~~INCENTIVO AO TURISMO~~ INTERESSE TURÍSTICO

Art. 42. A Macrozona de ~~Incentivo ao Turismo~~ interesse turístico corresponde às áreas, que possuem um potencial que deverá ser incentivado e fortalecido. Os locais integrantes desta área serão definidos Lei e mapa a serem anexados a este Plano Diretor, conforme anexo x

§ 1º. Na Macrozona de ~~incentivo ao~~ interesse turístico, devem ser incentivados o uso residencial, o turismo, o lazer, além de implantados novos equipamentos de hospedagem, comércio, serviços e apoio ao turismo.

Observar : Questão da agricultura, agroecologia, pecuária, bioma pampa, atividades extrativistas -

SEÇÃO ~~V~~ X

DA MACROZONA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art. 43. A Macrozona de Preservação Permanente corresponde às áreas de preservação permanente definidas no Código Florestal Brasileiro. ~~Mapa Anexo III.~~ Temos o novo mapa

~~ANEXO III – MUNICÍPIO DE CANGUÇU~~



ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
ÁREA DE RESERVA FLORESTAL

TÍTULO IV ~~X~~

~~DOS INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL~~

Art. 44. Para a promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento municipal, serão adotados, dentre outros, os seguintes instrumentos:

I—Instrumentos de planejamento:

- a) Plano Plurianual;
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias;

c) Lei de Orçamento Anual;
 d) Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município; e) Lei de Parcelamento do Solo do Município; f) Código de Obras e Edificações;
 g) Código de Posturas;
 h) Planos de desenvolvimento econômico e social; i) Planos, programas e projetos setoriais;
 j) Programas e projetos especiais de urbanização; k) Instituição de unidades de conservação;
 l) Zoneamento Ecológico-Econômico;
 m) Sistema de Mobilidade Urbana.

II—Instrumentos jurídicos e urbanísticos:

a) Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios; b) IPTU Progressivo no Tempo;
 c) Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública; d) Zonas Especiais de Interesse Social;
 e) Outorga Onerosa do Direito de Construir e de alteração de uso; f) Transferência do Direito de Construir;
 g) Operações Urbanas Consorciadas;
 h) Consórcio Imobiliário;
 i) Direito de Preempção;
 j) Direito de Superfície;
 k) Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV);
 l) Estudo de Impacto Ambiental (EIA);
 m) Licenciamento Ambiental;
 n) Tombamento;
 o) Desapropriação;
 p) Compensação ambiental.

q) Instituição de Unidades de Conservação.

III—Instrumentos de regularização fundiária:

a) Zonas Especiais de Interesse Social;
 b) Concessão de direito real de uso;
 c) Concessão de uso especial para fins de moradia;

~~d) Assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos.~~

~~IV—Instrumentos tributários e financeiros:~~

- ~~a) Tributos municipais diversos;~~
- ~~b) Taxas e tarifas públicas específicas;~~
- ~~c) Contribuição de Melhoria;~~
- ~~d) Incentivos e benefícios fiscais;~~
- ~~e) Dação de imóveis em pagamento da dívida;~~

~~V—Instrumentos jurídico-administrativos:~~

- ~~a) Servidão Administrativa e limitações administrativas;~~
- ~~b) Concessão, Permissão ou Autorização de uso de bens públicos municipais; c)~~
~~Contratos de concessão dos serviços públicos urbanos;~~
- ~~d) Contratos de gestão com concessionária pública municipal de serviços urbanos; e)~~
~~Convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional; f) Termo~~
~~Administrativo de Ajustamento de Conduta.~~

~~VI—Instrumentos de democratização da gestão urbana:~~

- ~~a) Conselhos municipais;~~
- ~~b) Fundos municipais;~~
- ~~c) Gestão orçamentária participativa;~~
- ~~d) Audiências e consultas públicas;~~
- ~~e) Conferências municipais;~~
- ~~f) Iniciativa popular de projetos de lei;~~
- ~~g) Referendo Popular e Plebiscito.~~

~~CAPÍTULO I~~

~~DOS DISPOSITIVOS DE CONTROLE DAS EDIFICAÇÕES~~

~~Art. 45. Permanece a legislação vigente que deverá ser revisada no prazo de até um ano, conforme art. 3º inciso II desta lei.~~

~~CAPÍTULO II~~

~~DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA~~

~~Art. 46.~~ A instalação de obra ou atividade, potencialmente geradora de grandes modificações no espaço urbano e meio ambiente, dependerá da aprovação da Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo, que deverá exigir um Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV.

~~§ 1º~~ O Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, deve conter todas as possíveis implicações do projeto para a estrutura ambiental e urbana, em torno do empreendimento.

~~§ 2º~~ De posse do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, o Poder Público se reservará o direito de avaliar o mesmo, além do projeto, e estabelecer exigências que se façam necessárias para minorar, compensar ou mesmo eliminar os impactos negativos do projeto sobre o espaço da Cidade, ficando o empreendedor responsável pelos ônus daí decorrentes.

~~§ 3º~~ Antes da concessão de alvará para atividades de grande porte, o interessado deverá publicar no periódico local de maior circulação, um resumo do projeto pretendido, indicando a atividade principal e sua localização. O Município fixará o mesmo no mural da Prefeitura.

~~Art. 47.~~ Considera-se obra ou atividade potencialmente geradora de modificações urbanas, dentre outras:

- ~~I – conjuntos de habitações populares com número de unidades maior ou igual a 12 (doze);~~
- ~~II – parcelamentos do solo com área superior a 2 ha (2 hectares);~~
- ~~III – comércio atacadista de resíduos e sucatas;~~
- ~~IV – galpões de reciclagem;~~
- ~~V – estações de tratamento de esgoto municipal – ETE municipal;~~
- ~~VI – cemitérios, crematórios e necrotérios;~~
- ~~VII – canis e gatis;~~
- ~~VIII – hospitais;~~
- ~~IX – estádios e ginásios de esporte;~~
- ~~X – centros culturais;~~
- ~~XI – casas noturnas;~~
- ~~XII – clubes recreativos;~~
- ~~XIII – estabelecimentos de comércio atacadista e depósitos maiores ou iguais a 1.500,00m²;~~
- ~~XIV – estabelecimentos de comércio varejista e serviços, maiores ou iguais à 2.500,00m²;~~
- ~~XV – estabelecimentos de ensino com área superior à 1.000m²;~~
- ~~XVI – depósitos de revenda de gás;~~
- ~~XVII – estações de radiofusão, telefonia e televisão;~~
- ~~XVIII – garagens comerciais para mais de 100 veículos;~~
- ~~XIX – hortomercados, supermercados e hipermercados;~~
- ~~XX – indústrias com interferência ambiental;~~

~~XXI—jogos eletrônicos;~~

~~XXII—exploração mineral;~~

~~XXIII—templos e locais de culto geral;~~

~~XXIV—outros empreendimentos ou atividades que possam gerar efeitos negativos quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.~~

~~Art. 48. O Estudo de Impacto de Vizinhança deverá considerar o sistema de transportes, meio ambiente, infra estrutura básica, estrutura sócio econômica e os padrões funcionais e urbanísticos de vizinhança e contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, dentre outros, das seguintes questões:~~

~~I—adensamento populacional;~~

~~II—equipamentos urbanos e comunitários;~~

~~III—uso e ocupação do solo;~~

~~IV—valorização imobiliária;~~

~~V—geração de tráfego e demanda por transporte público;~~

~~VI—ventilação e iluminação;~~

~~VII—paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;~~

~~VIII—definição das medidas mitigadoras, compensatórias dos impactos negativos, bem como daquelas potencializadoras dos impactos positivos;~~

~~IX—a potencialidade de concentração de atividades similares na área;~~

~~X—o seu potencial indutor de desenvolvimento e o seu caráter estruturante no município.~~

~~Art. 49. As formas, os prazos, os elementos e demais requisitos que deverão estar contidos no Estudo de Impacto de Vizinhança—EIV, para cada instalação ou atividade, ou grupo de instalações ou atividades, serão estabelecidos em Decreto.~~

~~Art. 50. Os órgãos competentes da Prefeitura poderão definir outros tipos de estudos, caso a situação assim o exigir.~~

~~Art. 51. O Poder Executivo, baseado no Estudo de Impacto de Vizinhança, poderá negar autorização para realização do empreendimento ou exigir do empreendedor, às suas expensas, as medidas atenuadoras e compensatórias relativas aos impactos previsíveis decorrentes da implantação da atividade, tais como:~~

~~I—ampliação das redes de infra estrutura urbana;~~

~~II—área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;~~

~~III—ampliação e adequação do sistema viário, transportes e trânsito;~~

~~IV—proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem incômodos da atividade;~~

~~V—qualquer outra medida que seja do entendimento da municipalidade.~~

~~Art. 52. A elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança Ambiental não substitui o licenciamento ambiental e o Estudo de Impacto Ambiental requeridos nos termos da legislação ambiental.~~

~~Art. 53. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do Estudo de Impacto de Vizinhança, que ficarão disponíveis para consulta, pelo prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis após a publicação de aviso de seu recebimento, no órgão municipal competente, por qualquer interessado.~~

~~Art. 54. O órgão responsável pelo exame do Estudo de Impacto de Vizinhança—EIV poderá realizar audiência pública, antes da decisão sobre o projeto, para a qual serão especialmente convocados os moradores que possam ser afetados pelo empreendimento ou atividade a que se refere o EIV.~~

~~Art. 55. A empresa, órgão ou pessoa que descumprir as determinações desta Lei e iniciar empreendimento ou atividade, será notificado a paralisar as obras, sob pena de aplicação de multa diária de valor correspondente a 200 (R\$), enquanto não o fizer.~~

~~Parágrafo único. A obra só poderá ser reiniciada, após o cumprimento do disposto nesta Lei e obtiver manifestação favorável dos moradores afetados.~~

CAPÍTULO III

DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

~~Art. 56. As Zonas Especiais de Interesse Social—ZEIS, são porções do território destinadas prioritariamente à urbanização, regularização e produção de Habitação de Interesse Social.~~

~~Art. 57. Nas Zonas Especiais de Interesse Social—ZEIS será permitido, mediante aprovação da Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo o estabelecimento de padrões de uso e ocupação diferenciados da legislação em vigor.~~

~~Art. 58. São objetivos das Zonas Especiais de Interesse Social—ZEIS:~~

- ~~I—permitir a inclusão urbana de parcelas da população que se encontram à margem do mercado legal de terras;~~
- ~~II—possibilitar a extensão dos serviços e da infra-estrutura urbana nas regiões não atendidas;~~
- ~~III—garantir a qualidade de vida e equidade social entre as ocupações urbanas;~~
- ~~IV—assegurar a regularização fundiária.~~

~~Art. 59. A delimitação das Zonas Especiais de Interesse Social acontece conforme o mapa Anexo IV. Lei Municipal específica para cada caso, baseada neste Plano Diretor, estabelecerá critérios para a aplicação deste instrumento.~~

~~Art. 60. Ressalvadas as hipóteses de regularização fundiária, para os parcelamentos localizados nas Zonas Especiais de Interesse Social será exigido Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança—EIV.~~



TÍTULO V

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA POLÍTICA URBANA

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA POLÍTICA URBANA

~~Art. 61.~~ A gestão urbana é um processo que tem como objetivo, nortear e monitorar, de forma permanente e democrática, o desenvolvimento de Canguçu, em conformidade com as determinações do Plano Diretor, dos demais instrumentos de política urbana e do planejamento municipal.

~~Art. 62.~~ A gestão se dará em consonância com as prerrogativas da democracia representativa e participativa, envolvendo o poder executivo, legislativo e a sociedade civil organizada.

~~Art. 63.~~ No processo de gestão participativa, o poder público municipal exercerá o papel de:

~~I— indutor, catalisador e mobilizador da ação cooperativa e integrada dos diversos agentes econômicos e sociais atuantes na cidade;~~

~~II— articulador e coordenador, em assuntos de sua competência, da ação dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais;~~

~~III— fomentador do desenvolvimento das atividades fundamentais da cidade;~~

~~IV— incentivador da organização da sociedade civil, na perspectiva de ampliação dos canais de participação popular; e~~

~~V— coordenador do processo de formulação de planos, programas e projetos para o desenvolvimento urbano.~~

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

~~Art. 64. O Sistema de Planejamento e Gestão Urbana compreende os canais de participação da sociedade na formulação de estratégias e gestão municipal da política urbana.~~

~~Art. 65. O Sistema de Planejamento e Gestão Municipal tem como principais objetivos:~~

~~I – garantir a eficácia, eficiência e efetividade da gestão na melhoria da qualidade de vida dos munícipes;~~

~~II – garantir mecanismos de monitoramento e gestão do Plano Diretor, na formulação e aprovação dos programas e projetos para a implementação e na indicação das necessidades de detalhamento, atualização e revisão do mesmo;~~

~~III – garantir estruturas e processos democráticos e participativos para o planejamento e gestão da política urbana, de forma continuada, permanente e dinâmica.~~

~~Art. 66. O Sistema de Planejamento poderá solicitar apoio dos seguintes órgãos da gestão municipal:~~

~~I – Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário;~~

~~II – Conselho Municipal de Meio Ambiente;~~

~~III – Conselho de Desenvolvimento Municipal;~~

~~IV – Conselho Municipal do Plano Diretor;~~

~~V – Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo, como~~

~~gerenciadora; VI – Secretaria de Transporte, Trânsito e Obras Públicas.~~

~~Parágrafo único. A composição, as atribuições e o funcionamento dos Conselhos previstos neste artigo, serão objeto de leis específicas.~~

SEÇÃO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

~~Art. 67. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário é o órgão de aconselhamento das políticas e diretrizes para o aumento da produção, fomento agropecuário, organização dos agricultores, geração de renda e emprego no meio rural e de acompanhamento da execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.~~

~~§ 1º. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário terá como atribuição prioritária: garantir, dentro do Plano de Desenvolvimento Agropecuário, a organização da comunidade de produtores rurais em consonância com as diretrizes emanadas do Plano Diretor de Canguçu.~~

~~§ 2º. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário tem como comissão específica a Comissão de Reflorestamento. O Conselho deverá instituir normas para atualização do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário sob sua responsabilidade.~~

SEÇÃO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

~~Art. 68. O Conselho Municipal de Meio Ambiente é o órgão de aconselhamento das políticas e diretrizes de preservação do meio ambiente e de acompanhamento do Zoneamento Ecológico-Econômico assim como do Plano Diretor de Canguçu, em consonância com o Estatuto da Cidade.~~

~~§ 1º. O Conselho Municipal de Meio Ambiente terá como atribuição prioritária: garantir a gestão por micro-bacias hidrográficas em consonância com as diretrizes emanadas do Plano Diretor de Canguçu.~~

~~§ 2º. O Conselho deverá instituir normas para atualização do Fundo do Meio Ambiente sob sua responsabilidade.~~

SEÇÃO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR

~~Art. 69. O Conselho Municipal do Plano Diretor, criado por Lei específica, é órgão responsável pelo acompanhamento, controle da implantação e gestão do Plano Diretor de Canguçu/RS.~~

~~§ 1º. O Secretário Executivo do Conselho Municipal do Plano Diretor é o Secretário Municipal de Planejamento, meio Ambiente e Urbanismo.~~

~~§ 2º. O Conselho Municipal do Plano Diretor tem como principais~~

~~atribuições: I – examinar a viabilidade dos projetos;~~

~~II – estabelecer prioridades na aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Plano Diretor;~~

~~III – estabelecer o destino das verbas advindas da aplicação dos instrumentos previstos no Plano Diretor.~~

~~§ 3º. O Fundo Municipal do Plano Diretor criado por esta Lei tem caráter permanente.~~

SEÇÃO IV
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, MEIO
AMBIENTE E URBANISMO

Art. 70. À Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo compete:

- ~~I— implantar, gerenciar, atualizar e revisar o Plano Diretor do Município e sua legislação pertinente;~~
- ~~II— propor ao Conselho Municipal do Plano Diretor os objetivos estratégicos no início de cada gestão administrativa, ouvidos os demais órgãos;~~
- ~~III— colaborar com outras secretarias municipais na elaboração dos orçamentos;~~
- ~~IV— propor adequações na legislação urbanística, se necessário;~~
- ~~V— coordenar e manter atualizado o sistema de informações do município;~~
- ~~VI— orientar programas e obras governamentais segundo os objetivos, políticas e prioridades do Plano Diretor;~~
- ~~VII— compatibilizar, quando do interesse do Município, os planos e projetos de desenvolvimento urbano com propostas regionais ou de municípios vizinhos;~~
- ~~VIII— assegurar a participação dos munícipes e de suas entidades representativas em todas as fases do processo de planejamento urbano;~~
- ~~IX— profissionalizar a gestão municipal através da implementação de unidades de custo dentro das distintas secretarias;~~
- ~~X— elaborar e coordenar a execução dos projetos, programas e planos do governo municipal objetivando a viabilização de recursos nos órgãos federais e estaduais de governo;~~
- ~~XI— coordenar a elaboração das propostas dos orçamentos anuais e plurianuais, em articulação com as Secretarias de Administração e Finanças e em consonância com o Plano Diretor;~~
- ~~XII— aplicar ações modernizadoras na estrutura organizacional da administração municipal;~~
- ~~XIII— aplicar e fazer aplicar as posturas de ordem pública;~~
- ~~XIV— emitir parecer nos projetos de loteamentos e subdivisão de terrenos, submetendo-os à posterior aprovação do Núcleo de Apoio Técnico da Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Obras Públicas;~~
- ~~XV— promover a execução de projetos, plantas, mapas, desenhos, gráficos e memoriais descritivos necessários ao desenvolvimento e execução dos serviços dos órgãos que integram a Secretaria que dirige e as outras secretarias municipais;~~
- ~~XVI— manter estreito relacionamento com as demais secretarias e outros órgãos da Administração visando o planejamento e execução de programas específicos;~~
- ~~XVII— executar outras atividades correlatas que forem determinadas pelo Prefeito.~~

Art. 71. A Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo será integrada pelos seguintes Departamentos:

- I—Licenciamento Ambiental e Urbanismo;
- II—Planejamento;
- III—Educação Ambiental;
- IV—Fiscalização Ambiental;

SEÇÃO VI

DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Art. 72. O Executivo manterá atualizado o Sistema de Informações para o Planejamento e Gestão Municipal, produzindo os dados necessários, com a frequência definida:

§ 1º. O Sistema de Informações Municipais deve conter os dados sociais, culturais, econômicos, financeiros, patrimoniais, administrativos, físico-territoriais, inclusive cartográficos, ambientais, imobiliários e outros de relevante interesse para o Município.

§ 2º. O Sistema de Informações Municipais deve, progressivamente, dispor os dados de maneira geo-referenciada e em meio digital.

§ 3º. O Sistema tem como objetivo fornecer informações para planejamento, monitoramento, implementação e avaliação das políticas urbanas, subsidiando a tomada de decisões na gestão do plano diretor.

Art. 73. O Sistema de Informações Municipal para o Planejamento e Gestão Municipal adotará as seguintes diretrizes:

I—Atendimento aos princípios da simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança, evitando-se a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos;

II—disponibilização das informações de forma ampla e periódica na página eletrônica da Prefeitura Municipal, ou outro meio que garanta o acesso irrestrito aos munícipes;

III—o poder público municipal dará ampla publicidade a todos os documentos e informações produzidos no processo de elaboração, revisão, aperfeiçoamento do Plano Diretor, de planos, programas e projetos setoriais, regionais, locais e específicos ligados ao desenvolvimento urbano, bem como no controle e fiscalização de sua implementação, a fim de assegurar o conhecimento dos respectivos conteúdos à população, devendo ainda disponibilizá-los a qualquer munícipe que requisitá-los por petição simples, ressalvadas as situações em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

IV—articulação com outros sistemas de informação e bases de dados, municipais, estaduais, nacionais e internacionais, existentes em órgãos públicos e em entidades privadas.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR

~~Art. 74.~~ Fica criado o Fundo Municipal do Plano Diretor, constituído de recursos provenientes de: I—recursos próprios do Município;

II—repasses ou dotações orçamentárias da União ou do Estado do Rio Grande do Sul a ele destinados;

III—empréstimos de operações de financiamento internos ou externos;

IV—transferências de instituições privadas;

V—transferências de entidades internacionais;

VI—transferências de pessoas físicas;

VII—acordos, contratos, consórcios e convênios;

VIII—receitas provenientes de Outorga Onerosa do Direito de Construir e de Alteração de Uso;

IX—receitas provenientes da Concessão do Direito de Superfície;

X—rendas provenientes da aplicação financeira dos seus recursos próprios; XI—doações;

XII—outras receitas que lhe sejam destinadas por lei.

~~Art. 75.~~ A liberação de recursos do Fundo Municipal do Plano Diretor será feita através do Conselho Municipal do Plano Diretor.

~~Art. 76.~~ Os recursos destinados ao Fundo Municipal do Plano Diretor deverão ser utilizados na consecução das diretrizes e objetivos elencados neste Plano Diretor e aplicados prioritariamente em infra-estrutura e equipamentos públicos.

~~Art. 77.~~ Os recursos do Fundo Municipal do Plano Diretor poderão ser aplicados diretamente pelo Município ou repassados a outros fundos e agentes públicos ou privados, mediante aprovação do Conselho Municipal do Plano Diretor.

CAPÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL

~~Art. 78.~~ De acordo com aos princípios fundamentais da Constituição Federal e diretrizes do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor assegura a participação da população em todas as fases do processo de gestão democrática da política urbana, na perspectiva da formulação, implementação, gestão participativa, fiscalização e controle social, mediante as seguintes instrumentos:

- ~~I debates, audiências e consultas públicas;~~
- ~~II conferências;~~
- ~~III conselhos;~~
- ~~IV Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV;~~
- ~~V projetos e programas específicos;~~
- ~~VI iniciativa popular de projetos de lei;~~
- ~~VII orçamento participativo;~~
- ~~VIII assembléias de planejamento e gestão territorial.~~

~~Parágrafo único.~~ A Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo é instrumento de planejamento permanente, incumbido das revisões, adaptações, correções das metas, planos e projetos previstos no Plano Diretor.

~~Art. 79.~~ Além dos instrumentos previstos nesta Lei, o Poder Público Municipal poderá estimular a criação de outros espaços de participação popular.

~~Art. 80.~~ A participação de toda população na gestão municipal será assegurada pelo Poder Público Municipal.

~~Art. 81.~~ A informação acerca da realização dos Debates, Conferências, Audiências Públicas e Assembléias de Planejamento e Gestão Territorial será garantida por meio de veiculação nas rádios e jornais locais, podendo ainda, ser utilizados outros meios de divulgação, desde que assegurados os constantes nesta Lei.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

~~Art. 82.~~ O Executivo, após a promulgação desta Lei, deverá dar provimento às medidas de implementação das diversas diretrizes que a integram, bem como de instituição dos instrumentos previstos, respeitados os prazos e procedimentos estabelecidos para cada caso.

~~Art. 83.~~ No prazo máximo de 5 (cinco) anos após a promulgação desta Lei, deverá o Plano Diretor ser avaliado quanto aos resultados da aplicação de suas diretrizes e instrumentos e das modificações ocorridas no espaço físico, social e econômico do município, procedendo-se às atualizações e adequações que se fizerem necessárias.

~~Art. 84.~~ Os projetos de parcelamento do solo e de obras, aprovados nos termos da legislação anterior à vigência desta Lei, perderão sua validade se não tiverem iniciada sua execução no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei.

LIMITES DOS DISTRITOS

~~1º DISTRITO NORTE 3º DISTRITO PELA RS 265 CANGUÇU/PIRATINI
SUL 4º DISTRITO PELA ESTRADA DA SANGA FUNDA TRAPEIRA AO
PASSO DO SARAIVA PELO ARROIO REMANSO LESTE MORRO~~



REDONDO E PELOTAS, POR LINHA SECA

-OESTE- MUNICÍPIO DE PIRATINI

2º DISTRITO NORTE RIO CAMAQUÃ

-SUL- 1º DISTRITO ESTRADA CANGUÇU PASSO DA GUARDA- ESTRADA

PARA AMARAL FERRADOR E MUN. DE PELOTAS LESTE- SÃO

LOURENÇO DO SUL, PELO ARROIO GRANDE OESTE- 3º DISTRITO PELO

ARROIO PANTANOSO 3º DISTRITO NORTE- RIO CAMAQUÃ

-SUL- RS 265 CANGUÇU / PIRATINI

-LESTE- 2º DISTRITO ARROIO PANTANOSO

-OESTE- MUNICÍPIO DE PIRATINI

4º DISTRITO NORTE SANGA FUNDA PELO PASSO DO SARAIVA, PELO

ARROIO REMANSO

-SUL- MUNICÍPIO DE CERRITO

-LESTE- MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO

-OESTE- PIRATINI PELO ARROIO MARIA ANTONIA

5º DISTRITO NORTE- RIO CAMAQUÃ

~~SUL 2º DISTRITO PELA ESTRADA IGUATEMI A COLONIA PALMA LESTE-
SÃO LOURENÇO DO SUL PELO ARROIO GRANDE E MUN. DE CRISTAL
OESTE 2º DISTRITO ARROIO DAS PEDRAS~~

~~**Parágrafo único.** Para fins do disposto neste artigo, considera-se iniciada a execução quando parte significativa do projeto já estiver realizada, como as fundações, nas obras, e a abertura das vias de circulação, nos loteamentos.~~

~~**Art. 85.** Para fins de orientação Administrativa, fica estabelecido, o limite geográfico dos distritos municipais, sujeitos as revisões previstas nesta Lei.~~

~~**Art. 86.** Revoga-se as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor em noventa dias após a sua publicação, exceto quanto aos dispositivos que regulam os índices de controle das edificações, que terão eficácia imediata.~~

26 DE SETEMBRO DE 2008

**CÁSSIO LUIZ FREITAS MOTA
PREFEITO MUNICIPAL**

**NILVA MARQUES TAVARES
COORDENADORA DE GABINETE DO PREFEITO**

XXXX
DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS, TRIBUTÁRIOS E FINANCEIROS

CAPÍTULO x
DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. x. O proprietário de um imóvel impedido de utilizar plenamente o potencial construtivo básico definido na Tabela II do Uso do Solo, por limitações urbanísticas definidas pelo Poder Público, poderá exercer em outro local o direito de construir, ou aliená-lo, mediante escritura pública.

Art. x. A transferência total ou parcial de potencial construtivo poderá ser autorizada pelo Poder Público Municipal, como forma de indenização, mediante acordo com o proprietário, nas desapropriações destinadas:

I - melhoramentos viários;

II - programas habitacionais de interesse social;

III - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

IV – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural.

Art. xx. **As** Transferências do Direito de Construir serão admitidas para imóveis tombados ou situados.

I – nas zonas especiais de interesse social;

II – nas área de proteção cultural;

III – nas zonas turísticas e corredores de interesse turístico.

Art. x. Os imóveis poderão transferir apenas a diferença entre o direito de construir utilizado e o direito de construir expresso pelo coeficiente de aproveitamento básico.

Art. x. São passíveis de receber o potencial construtivo transferido de outros imóveis os lotes em que o respectivo coeficiente básico de aproveitamento possa ser ultrapassado.

Comentado [10]: Foram adicionadas os zoneamentos para aplicação do instrumento.

Comentado [11]: Conceitos gerais para aplicação do TDC.

Parágrafo único. O potencial construtivo do imóvel receptor não poderá ultrapassar aquele definido pelo coeficiente de aproveitamento máximo do lote para a unidade territorial em que o mesmo está inserido, respeitando-se os estoques de direito de construir adicional estabelecido para a respectiva zona, na presente Lei.

XXXXX

DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Art. xx. O parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) é um instrumento com o qual a municipalidade poderá determinar, através de legislação específica, o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo não edificado, subutilizado, não utilizado ou abandonado.

Parágrafo único. A lei específica a que se refere o caput deste artigo fixará as condições e os prazos para implementação deste instrumento, devendo o prazo ser de no mínimo cinco anos.

Art. 59. O parcelamento, edificação e a utilização compulsórios (PEUC) serão aplicados:

I - em terrenos vazios ou subutilizados, não cobertos por vegetação de interesse ambiental, localizados na Macrozona de Consolidação Urbana, Anexo I.

II – em quaisquer terrenos vazios ou subutilizados localizados nas zonas mistas ou corredores de comércio e serviços, identificados na lei de uso e ocupação do solo.

§ 1º Considera-se subutilizado o imóvel cujo aproveitamento seja inferior ao coeficiente de aproveitamento mínimo definido na lei de uso e ocupação do solo.

§ 2º Não serão considerados vazios ou subutilizados, em qualquer hipótese, os imóveis menores que 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Art. x. O proprietário do imóvel sobre o qual incide o PEUC será notificado pelo Poder Público, da obrigação de construção compulsória para o cumprimento da obrigação.

Parágrafo único. A notificação far-se-á:

I - por funcionário do órgão competente do Poder Público Municipal, ao proprietário do imóvel ou, no caso de pessoa jurídica, o seu representante legal.

II - por edital quando frustrada, por três vezes a notificação prevista na alínea I deste parágrafo.

Art. xx. A notificação será exarada pelo Órgão competente do Poder Municipal, com autorização do Conselho do Plano Diretor.

I - o endereço do imóvel;

II - o nome do proprietário e sua qualificação;

III - prazo par o parcelamento ou edificação compulsória;

IV - forma de utilização do imóvel.

Parágrafo único. A notificação deverá ser averbada no Cartório de Registro de Imóveis.

CAPÍTULO xxxx
DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO E DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO
EM TÍTULOS

Art. xx. O Município procederá à aplicação do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo, mediante majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos, sobre a propriedade que descumprir as obrigações decorrentes da incidência de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios ~~ou qualquer de suas condições~~.

Art. x. As alíquotas do IPTU - progressivo no tempo serão crescente a cada ano sendo que:

I - no primeiro ano após o recebimento da notificação pelo proprietário, o imposto sofrerá majoração de 2% (dois) a 10% (dez) por cento sobre o valor normal da alíquota normal;

II - no segundo ano a majoração será o dobro do percentual aplicado no primeiro ano, assim sucessivamente até o quinto ano, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor venal do imóvel.

Comentado [12]: Limite estabelecido no Estatuto da Cidade.

Art. x. Decorridos os cinco anos de cobrança do IPTU progressivo no tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação e utilização, o Município poderá proceder com a desapropriação do imóvel mediante pagamento em títulos da dívida pública.

§ 1º Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de 6% (seis por cento) ao ano.

§ 2º O valor real da indenização:

a) refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo se localiza após a notificação prevista nesta Lei;

b) não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§ 3º Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

§ 4º O município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

§ 5º O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo poder público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nestes casos, o devido procedimento licitatório.

§ 6º Ficam mantidas para o adquirente de imóvel nos termos do §5º as mesmas obrigações de

parcelamento, edificação ou utilização previstas nesta Lei.

CAPÍTULO XX DO ESTUDO DO IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. xx. Os empreendimentos que dependerão de elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e do respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), a serem submetidos à análise, para aprovação de projeto e obtenção de licenciamento de construção e/ou funcionamento, nos órgãos municipais competentes e no Conselho do Plano Diretor, serão definidos na lei de uso e ocupação do solo.

Art. x. Caberá ao Conselho do Plano Diretor competente a apreciação dos recursos referentes às medidas compatibilizadoras e compensatórias para a adequação às condições locais.

Art. 67. Dar-se-á publicidade dos seguintes procedimentos da análise técnica, através de publicação pelo órgão oficial:

I - aceitação do EIV/RIV e endereço, local e horários para sua consulta pública;

II - prazo de análise estipulado pelo órgão ambiental competente;

III - convocação de audiências públicas, quando for o caso;

IV - aviso de disponibilidade do parecer técnico conclusivo.

Art. 68. O empreendedor, público ou privado, arcará com as despesas relativas a:

I- elaboração do EIV/RIV e fornecimento do número de exemplares solicitados na instrução técnica (IT);

II - cumprimento das exigências, quando necessário, de esclarecimentos e complementação de informações durante a análise técnica do EIV/RIV;

III - acesso público aos documentos integrantes do EIV/RIV e dos procedimentos de sua análise;

IV - realização de audiências públicas, quando for o caso;

V - implementação das medidas mitigadoras e compensatórias e dos respectivos programas de monitoramento;

VI - cumprimento das exigências, quando necessário, para concessão da licença ou autorização.

Art. x. A elaboração do EIV não substitui o licenciamento ambiental requerido nos termos da legislação competente.

Comentado [13]: Ação: Estabelecer instrumentos urbanísticos que possam resultar em investimentos para a cidade, como outorga onerosa, EIV e outros;

Comentado [14]: Definição dos tipos de empreendimentos, e demais detalhamentos para aplicação do EIV, serão adicionados à lei de uso e ocupação do solo.

Art. 70. O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) deverá contemplar os aspectos positivos e negativos do empreendimento sobre a qualidade de vida da população residente, ou usuária da área em questão e seu entorno, devendo incluir, no que couber, a análise e proposição de solução para as seguintes questões:

I – adensamento populacional;

II - uso e ocupação do solo;

III - valorização imobiliária;

IV - impactos nas áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental;

V - equipamentos urbanos, incluindo consumo de água e de energia elétrica bem como geração de resíduos sólidos, líquidos e efluentes de drenagem de águas pluviais;

VI - equipamentos comunitários, como os de saúde e educação;

VII - sistema de circulação e transportes, incluindo, entre outros, tráfego gerado, acessibilidade, estacionamento, carga e descarga, embarque e desembarque;

VIII - poluição sonora, atmosférica e hídrica;

IX - ventilação e iluminação;

X - vibração;

XI - periculosidade;

XII - riscos ambientais;

XIII - impacto socioeconômico na população residente ou atuante no entorno.

Art. 71. O Poder Público Municipal, para eliminar, minimizar ou **potencializar** eventuais impactos ~~negativos~~ gerados pelo empreendimento, deverá solicitar, como condição para aprovação do projeto, ~~alterações e complementações no mesmo~~ a execução de medidas mitigadoras, compensatórias ou potencializadoras, visando a execução de melhorias na infraestrutura urbana e nos equipamentos urbanos e comunitários, tais como:

I - ampliação das redes de infraestrutura urbana;

II - destinação de área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;

III - ampliação e adequação do sistema viário, faixas de desaceleração, pontos de ônibus, faixas de pedestres e semaforização;

IV - proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem os efeitos de atividades incômodas;

Comentado [15]: O EIV deve considerar também eventuais impactos positivos que podem ser potencializados através das medidas acordadas.

V - manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos ou naturais de interesse paisagístico, histórico, artístico ou cultural, considerando, ainda, a recuperação ambiental da área;

VI - cotas de emprego e cursos de capacitação profissional, entre outros recursos indutores de geração de emprego e renda;

VII - percentual de habitação de interesse social dentro do perímetro do empreendimento;

VIII - possibilidade de construção de equipamentos comunitários em outras áreas da cidade.

§ 1º As exigências previstas nos incisos anteriores deverão ser proporcionais ao porte e ao impacto do empreendimento.

§ 2º A aprovação do empreendimento ficará condicionada à assinatura de termo de compromisso pelo interessado, no qual este se compromete a arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal, antes da finalização do empreendimento.

§ 3º O certificado de conclusão da obra ou o alvará de funcionamento só serão emitidos mediante comprovação da conclusão das obras previstas no parágrafo anterior.

Art. x. A elaboração do EIV não substitui o licenciamento ambiental requerido nos termos da legislação ambiental.

Art. x. Os documentos integrantes do EIV terão publicidade, ficando disponíveis para consulta, no órgão municipal competente, por qualquer interessado.

§ 1º Serão fornecidas cópias do EIV, quando solicitadas pelos moradores da área afetada ou suas associações.

§ 2º O órgão público responsável pelo exame do EIV deverá realizar audiência pública, antes da decisão sobre o projeto, sempre que sugerida, na forma da lei, pelos moradores da área afetada ou suas associações.

Art. x. O Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV deverá ter anuência de 50% (cinquenta por cento) mais um voto do Conselho do Plano Diretor para aprovação.

Art. x. O município solicitará ao empreendedor público ou privado, como condição para licenciamento do empreendimento, a assinatura de termo de compromisso com definição de responsabilidades para implementação das medidas mitigatórias e/ou compensatórias dos impactos e problemas identificados no EIV.

Parágrafo único. Nos casos em que os impactos identificados no EIV forem relativos apenas à operação do empreendimento, inexistindo impactos do processo de construção, a análise do EIV poderá ser feita após emissão do alvará de construção.

Art. x. Os casos não previstos nesta Lei, relacionados ao impacto de vizinhança, serão decididos pelo Conselho do Plano Diretor, por meio de resolução.

Comentado [16]: Esses dois artigos foram adicionados para vincular a aprovação do EIV à anuência do Conselho da Cidade e conceituar o termo de compromisso, necessário para a execução das medidas mitigadoras e compensatórias.

Foi adicionado ainda dispositivo que permite a emissão do alvará de construção no caso de não serem identificados impactos singinifcativos relacionados à implantação do empreendimento.

CAPÍTULO V

DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. x. Considera-se Outorga Onerosa do Direito de Construir a concessão emitida pelo Município para edificar acima do limite estabelecido pelo índice de aproveitamento básico, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário.

§ 1º O Direito de construir adicional será exercido até o limite estabelecido pelo **coeficiente** ~~índice~~ de aproveitamento máximo.

§ 2º Para os fins desta lei considera-se:

I - coeficiente de aproveitamento mínimo, o índice obtido através da divisão da área edificável pela área do lote;

II - coeficiente de aproveitamento básico, o limite de aproveitamento do lote abaixo do qual não há obrigatoriedade de contrapartida financeira;

III - coeficiente de aproveitamento máximo, o limite máximo de aproveitamento do lote.

§ 3º Os coeficientes de aproveitamento básico e máximo serão definidos na lei de uso e ocupação.

Art. x. O Poder Executivo Municipal poderá outorgar onerosamente o exercício do direito de construir, para fins, de edificação em áreas delimitadas neste Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, conforme disposição dos Artigos 28, 29, 30 e 31 do Estatuto da Cidade, de acordo com regulamentação específica da legislação federal.

Art. x. São objetivos básicos da outorga onerosa do direito de construir:

I - a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

II - propiciar uma contrapartida à sociedade pelo incremento na utilização da infraestrutura causado pelo adensamento construtivo;

III - a geração de recursos para o atendimento da demanda de equipamentos urbanos e de serviços provocada pelo adensamento construtivo;

IV - a geração de recursos para o incremento de políticas habitacionais.

Art. x. O direito de construir adicional passível de ser obtido mediante outorga onerosa será limitado, nos lotes, pelo coeficiente de aproveitamento máximo para as respectivas zonas, definido na lei de uso e ocupação do solo. ~~nas Tabelas constante no Anexo VI da presente Lei.~~

Art. x. A outorga onerosa do direito de construir poderá ser aplicada na regularização de edificações, desde que obedecidas as exigências quanto ao coeficiente de aproveitamento máximo.

Comentado [17]: Ação Prognóstica: Estabelecer instrumentos urbanísticos que possam resultar em investimentos para a cidade, como outorga onerosa, EIV e outros.

Comentado [18]: Buscou-se utilizar o termo "coeficiente" ao invés de "índice" para manter a expressão indicada no Estatuto da Cidade.

Art. x. A contrapartida financeira correspondente à outorga onerosa de potencial construtivo adicional, e os procedimentos de concessão do potencial serão calculados conforme definição em legislação específica.

CAPÍTULO xx DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 83. O poder público municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, conforme o disposto nos artigos 25, 26 e 27 do Estatuto da Cidade.

Parágrafo único. O Direito de preempção poderá ser exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

I - Regularização Fundiária;

II - Execução de programa e projetos habitacionais de interesse social; III - Constituição de reserva fundiária;

IV - Ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V - Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI - Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII - Criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII - Proteção de área de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. x. As áreas prioritárias para incidência do direito de preempção, assim como os procedimentos e prazos mínimos, serão definidas na lei de uso e ocupação do solo.

Art. x. O Conselho do Plano Diretor, em conjunto com o órgão municipal competente, por meio de lei municipal específica, com base nas diretrizes do Plano Diretor, poderá delimitar novas áreas sobre as quais incidirá o direito de preempção, definindo procedimentos e fixando prazos de vigência, que não poderão exceder a cinco anos, além de prever no mínimo:

I - delimitação das áreas nas quais será exercido o direito de preempção;

II - enquadramento de cada área em que incidirá o direito de preempção conforme a finalidade;

III - prazo de vigência do instrumento, não podendo ser superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência;

IV - multas a serem aplicadas nos casos de descumprimento da lei específica;

V - procedimentos para entrega da intenção de venda por parte do proprietário.

CAPÍTULO xxx
DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Comentado [19]: Adicionado por se tratar de instrumento obrigatório pelo Estatuto da Cidade.

Art. x. Operações urbanas consorciadas são o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo município com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental de uma determinada área.

§ 1º As operações urbanas consorciadas serão propostas pelo Poder Público ou por demanda da sociedade civil, de acordo com os princípios e diretrizes do planejamento urbano, preferencialmente nas áreas indicadas em legislação específica.

§ 2º Consideram-se áreas de alto valor urbano ou paisagístico para fins de operações urbanas consorciadas aquelas passíveis de fornecimento de infraestrutura urbana, inclusive mobilidade, com potencial de centralidade, com atratividade urbana, valores paisagísticos, panorâmicos ou culturais destacados.

Art. x. Cada operação urbana consorciada será criada por lei específica que, de acordo com os critérios e procedimentos definidos neste Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal conterà, no mínimo, os conteúdos previstos no Estatuto da Cidade.

§ 1º Todas as operações urbanas deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho do Plano Diretor.

§ 2º Os recursos obtidos pelo poder público serão aplicados exclusivamente no programa básico de ocupação da área e intervenções previstas, definido na lei de criação da operação urbana consorciada.

CAPÍTULO XXX
DOS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO

Art. x. Os instrumentos de identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural material e imaterial de Canguçu correspondem aos seguintes instrumentos:

I – áreas de proteção cultural;

II – tombamento;

III – inventário do patrimônio cultural;

IV – registro do patrimônio imaterial;

V- Zonas e corredores turísticos.

§ 2º Lei de uso e ocupação poderá fixar conceitos, perímetros e diretrizes gerais para a Arquitetura Típica, as áreas de proteção cultural, as zonas e os corredor(es) turísticos.

§ 4º Os proprietários de imóveis que tiverem o coeficiente de aproveitamento básico limitado em função dos instrumentos de preservação poderão fazer uso da transferência do direito de construir.

Art.x . A análise e execução dos instrumentos de proteção ao patrimônio cultural dependerá de parecer técnico elaborado por comissão especializada da Prefeitura Municipal, ouvidos o Conselho do Plano Diretor e o Conselho Municipal de Políticas Culturais, conforme o caso.

CAPÍTULO IX DOS INSTRUMENTOS DE CARÁTER TRIBUTÁRIO

Art. xx. São instrumentos de caráter tributário pertinentes à consecução dos objetivos previstos neste Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal:

I – Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana – IPTU;

II – contribuição de melhoria;

III – incentivos e benefícios fiscais e financeiros.

Parágrafo único. Poderão ser instituídos incentivos fiscais, na forma de isenção ou redução de tributos municipais, observando o disposto no Código Tributário Municipal, como forma de garantir:

I – Proteção e conservação dos patrimônios material e imaterial;

II- Promoção das atividades turísticas;

III- Atração de novas empresas;

IV- O fomento ao uso de tecnologias sustentáveis nas edificações;

TÍTULO X DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Art.X. Visando promover um processo contínuo de gestão compartilhada do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, atualizado e democrático, fica instituído o Sistema de Planejamento e Gestão Territorial; composto por:

I - poder executivo municipal;

II - participação popular.

§ 1º O âmbito de atuação a que se referem os incisos deste artigo atuarão sempre de maneira integrada e complementar.

§ 2º A participação da população deve ser assegurada em todas as fases do processo de planejamento e gestão territorial e do orçamento público municipal.

§ 3º A realização de debates, audiências, assembleias regionais de política territorial e consultas

públicas sobre as propostas do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual é condição obrigatória para sua aprovação.

Art. X. O Sistema de Planejamento e Gestão Territorial terá como objetivos:

I - viabilizar, na formulação e execução da política urbana, a criação de canais de participação e monitoramento por parte dos cidadãos, bem como de instâncias representativas dos vários segmentos da comunidade;

II - promover o processo educativo e de capacitação da população para que esta possa participar dos processos decisórios à política urbana;

III - tornar transparentes os processos de planejamento e gestão da política urbana;

IV - Identificar as prioridades sociais do município e integrá-las às prioridades do poder executivo municipal;

V - implementar e monitorar os programas, projetos e instrumentos deste Plano Diretor;

VI - gerenciar e atualizar permanentemente este Plano Diretor;

VII - evitar a descontinuidade do processo de planejamento e gestão urbana e a descaracterização das diretrizes estabelecidas para a política urbana do município através da gestão democrática.

CAPÍTULO I DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art.X. São atribuições do poder executivo municipal, no que compete ao sistema de gestão urbana:

I - promover a articulação entre poder executivo municipal, sociedade civil, entidades e demais órgãos governamentais das esferas estadual e federal que tenham relação com a política urbana;

II - implantar e gerenciar o sistema de informações municipais proporcionando acesso amplo a todos os interessados, indistintamente;

III - adequar a gestão orçamentária às diretrizes da política urbana;

IV - formular políticas, estratégias, programas, projetos e ações coordenadas de acordo com as diretrizes deste Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal;

V - executar políticas e ações com os demais órgãos municipais e com outros organismos governamentais e não-governamentais, seja no âmbito estadual e federal;

VI - promover a realização de audiências públicas;

VII - elaborar e submeter à apreciação do Conselho do Plano Diretor as ações necessárias à operacionalização dos instrumentos previstos neste plano diretor.

CAPÍTULO X DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. X. É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão política territorial do Município, mediante as seguintes instâncias de participação:

- I – Conselho do Plano Diretor;
- II - conferência municipal de política territorial;
- III - audiência pública;
- IV - gestão orçamentária participativa;
- V – plebiscito e referendo;
- VI – projetos de lei de iniciativa popular;

Art. x. A participação dos munícipes em todas as fases do processo de gestão da política territorial do Município deverá basear-se na plena informação, disponibilizada pelo Executivo com antecedência.

Art. x. O Poder Executivo apresentará anualmente à câmara municipal e ao Conselho do Plano Diretor relatório de gestão territorial e plano de ação para o próximo período, devendo a participação ser garantida por meio de veículos de comunicação.

Seção x Do Conselho do Plano Diretor

Lei do Conselho

Seção II Do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano

Art. x. Fica criado um Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FMDU), formado por recursos provenientes de:

- I - recursos próprios do município;
- II – transferências intergovernamentais;
- III - contribuições ou doações de entidades nacionais ou internacionais;
- IV - contribuições ou doações de pessoas físicas ou jurídicas;

Comentado [20]: Ação do Prognóstico: Criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, para direcionar investimentos à essas áreas.

V - empréstimos ou operações de financiamento, internos ou externos;

VI - acordos, contratos, consórcios e convênios;

VII - receitas da utilização de bens públicos, edificações, solo, subsolo;

VIII – operações urbanas consorciadas;

IX - valores incluídos nas medidas mitigadoras determinadas por termos de ajustamento ou pelos estudos de impacto de vizinhança;

X - contribuição de melhoria decorrente de obras públicas realizadas com base neste Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal;

XI - percentual da arrecadação de multas oriundas de infrações edilícias e urbanísticas, a ser definido pelo Conselho do Plano Diretor ;

XII - receitas oriundas da outorga onerosa do direito de construir;

XIII - receitas oriundas de operações urbanas consorciadas;

XIV - receitas oriundas da transferência do direito de construir;

XV - rendas da aplicação financeira dos seus recursos próprios;

XVI - outras receitas que lhe sejam destinadas por lei;

XVII - outras receitas, sejam eventuais, sejam advindas da aplicação dos instrumentos de política urbana previstos nesta lei complementar.

Art. x. Os recursos do FMDU deverão ser aplicados na consecução dos objetivos previstos neste Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, especialmente na execução de obras de infraestrutura, preservação do patrimônio cultural e nos investimentos em equipamentos públicos.

Seção III

Da Conferência Municipal de Política Territorial

Art. x. A Conferência Municipal de Política Territorial é instância máxima deliberativa do Sistema de Gestão Urbana, constituindo espaço público privilegiado para estabelecer parcerias, dirimir conflitos coletivos e legitimar ações e medidas referentes ao Plano Diretor, devendo ser realizada bianualmente.

Art.x. São objetivos da Conferência Municipal de Política Territorial:

I - assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação de uma política pública para o Município;

II - mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a

formulação das diretrizes e instrumentos de gestão das políticas públicas do Município;

III - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;

IV - integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;

V - avaliar a atividade do Conselho do Plano Diretor visando estabelecer diretrizes para aperfeiçoar seu funcionamento;

VI - definir uma agenda do Município, contendo um plano de ação com as metas e prioridades do governo e da sociedade para com a gestão territorial.

Art.x. A Conferência Municipal de Política Territorial terá regimento próprio, a ser elaborado pelo Conselho do Plano Diretor , por este revisado sempre que necessário.

§ 1º O regimento a que se refere o caput deste artigo será nulo de pleno direito caso não observar os critérios de participação democrática estabelecidos pela ~~Lei Federal nº 10257/2001~~ pelo Estatuto da Cidade.

§ 2º No regimento da conferência municipal de política urbana deverá estar previsto, no mínimo:

I - as competências e matérias de deliberação;

II - os critérios e procedimentos para a escolha dos delegados;

III - a forma de organização e funcionamento da Conferência;

IV - a previsão de um colegiado responsável pela organização da Conferência.

Seção IV Das Audiências Públicas

Art. 1x. As Audiências Públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, estando previstas nos termos do inciso I do § 4º do artigo 40 do Estatuto da Cidade, associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, e têm por objetivos:

I - a cooperação entre diversos atores sociais Poder Executivo e o Poder Legislativo de Canguçu;

II - promover debates sobre temas de interesse da cidade com a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

III - garantir o direito político de participação do cidadão, individualmente considerado;

IV - possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:

a) organizações e movimentos populares;

- b) associações representativas dos vários segmentos das comunidades;
- c) associações de classe;
- d) fóruns e redes formuladas por cidadãos, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Art. x. As Audiências Públicas são obrigatórias na esfera do Poder Público Municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do Plano Diretor como no processo de sua implantação e revisão;

Parágrafo único. A falta de realização de Audiências Públicas pelo Poder Público no processo de elaboração e revisão do Plano Diretor configura desrespeito ao preceito constitucional da participação popular, passível de declaração de inconstitucionalidade por omissão do Plano Diretor.

Art. x As Audiências Públicas deverão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de quinze dias, buscando a ampla participação dos envolvidos no tema a ser discutido.

Parágrafo único. Fica instituído, como principal meio para divulgação das Audiências Públicas, sem prejuízo da utilização de meios auxiliares e secundários, a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal de grande circulação e leitura do Município e no site oficial da prefeitura.

Art.x. As Audiências Públicas deverão sempre procurar extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

Seção x Do Plebiscito ou referendo

Art. x. O plebiscito e o referendo previstos nos termos do inciso III, e seguintes, artigo 4º do Estatuto da Cidade, bem como no artigo 6º da lei nº 9709, de 18 de novembro de 1998, são adotados como instrumentos de planejamento municipal, constituindo-se enquanto mecanismos que permitem:

I - a democratização popular;

II - a participação direta dos cidadãos, de forma a proferir decisões relacionadas à política institucional que afete os interesses da sociedade.

Art. x. O plebiscito terá por finalidade consultar a comunidade do município de Canguçu sobre assuntos de seu interesse, em especial os que versem sobre a concessão de licenças para projetos urbanísticos ou empreendimentos imobiliários de grande impacto ambiental ou de impacto na vizinhança.

Art. x. O referendo tem base no princípio constitucional da soberania popular, tendo o objetivo de ratificar ou regular atos relacionados a matérias urbanísticas que já foram inicialmente decididos pelo poder público, especialmente:

I - projetos de lei, visando confirmar ou rejeitar normas já aprovadas pelo Poder Legislativo;

II - decisões administrativas sobre operações urbanas;

III - implantação de aterros sanitários e de usinas de compostagem de lixo;

IV - alterações de grande impacto na malha viária do município.

Seção x **Dos Projetos de Iniciativa Popular**

Art. x. Fica assegurado aos cidadãos o direito de apresentar diretamente ao poder legislativo municipal, por meio da iniciativa popular, propostas de lei, programas, planos e projetos de interesse do município, através da manifestação de, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do município, distribuído por pelo menos dois de seus distritos ou bairros.

§ 1º Nos casos de projetos de iniciativa popular de abrangência local, é necessária apenas a manifestação do mínimo de cinco por cento do eleitorado da área afetada pelo projeto.

§ 2º Os projetos de lei de iniciativa popular serão submetidos à tramitação regimental, garantida a defesa em Plenário da proposição por um representante dos interessados.

Seção VII **Da Gestão Orçamentária Participativa**

Art. x. No âmbito do Município de Treze Tílias, será aplicada a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do artigo 4º do Estatuto da Cidade, tendo por objetivos:

I - propiciar condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle das finanças públicas;

II - possibilitar o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos, o que significa direito à obtenção das informações sobre as finanças públicas, bem como à participação nas definições das prioridades de utilização dos recursos e na execução das políticas públicas.

Art. x. A realização de consultas, audiências e debates públicos é condição obrigatória para a aprovação do orçamento municipal, cabendo ao município dispor, em ato administrativo oriundo do Poder Público, os mecanismos garantidores da ampla e irrestrita participação popular.

Parágrafo único. A não realização de audiências e consultas públicas no processo de aprovação da Lei do Orçamento Municipal resultará na nulidade da norma orçamentária.

CAPÍTULO x **DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS**

Art. X. O Sistema de Informações Municipais consiste no conjunto integrado de informações relevantes à gestão e ao planejamento do Município, cujas finalidades são:

I - monitorar os resultados deste Plano Diretor e dos demais planos, programas e projetos a serem propostos pelo Poder Público;

II - permitir a avaliação dos principais aspectos relacionados à qualidade de vida do município;

III - subsidiar a elaboração de novos planos, programas e projetos por parte do poder público e da iniciativa popular;

IV - subsidiar as decisões tomadas pelo Conselho do Plano Diretor ;

V - dar suporte às atividades administrativas e gerenciais do poder público;

VI - orientar as prioridades de investimentos.

§ 1º O sistema a que se refere este artigo deve atender a critérios de simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança, evitando-se a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos.

§ 2º Será assegurada ampla e periódica divulgação dos dados do sistema de informações municipais, por meio de publicação anual no diário oficial do município, disponibilizada na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Canguçu, bem como seu acesso aos munícipes, por todos os meios possíveis.

Art. xx. O executivo manterá permanentemente atualizado o sistema de informações municipais, que deverá conter, no mínimo, informações:

I - socioeconômicas;

II - financeiras;

III - patrimoniais;

IV - administrativas;

V - de uso e ocupação do solo;

VI - sobre a infraestrutura urbana;

VII - sobre os espaços públicos;

VIII - sobre os equipamentos comunitários;

IX - sobre o sistema viário;

X - sobre o transporte coletivo;

XI - sobre o meio-ambiente;

XII - sobre o patrimônio cultural;

XIII - imobiliárias ou fundiárias.

§ 1º Informações não previstas nos incisos acima que sejam consideradas de relevante interesse para o município devem ser inseridas no sistema de informações municipais.

§ 2º O sistema de informações municipais adotará a divisão administrativa em bairros ou aquela que a suceder, em caso de modificação, como unidade territorial básica, adequando-a sempre que possível aos setores censitários definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

§ 3º O sistema de informações municipais inicialmente será composto por cadastro único, multifinalitário, e planta genérica de valores, em meio digital, voltados para fins de planejamento, gestão e arrecadação;

§ 4º O cadastro único reunirá informações de interesse para a gestão municipal, inclusive sobre planos, programas e projetos;

§ 5º O sistema de informações municipais deverá ser acrescido paulatinamente de outros instrumentos voltados ao planejamento e arrecadação segundo demandas do sistema de gestão da política urbana.

Art.x. Os agentes públicos e privados, em especial os concessionários de serviços públicos que desenvolvam atividades no município deverão fornecer ao executivo municipal, no prazo que este fixar, todos os dados e informações que forem considerados necessários ao sistema de informações municipais.

Parágrafo único. O disposto neste artigo também se aplica também às pessoas jurídicas ou autorizadas de serviços públicos federais ou estaduais, mesmo quando submetidas ao regime de direito privado.

Art. x. O poder público municipal dará ampla publicidade a todos os documentos e informações produzidos no processo de elaboração, revisão, aperfeiçoamento e implementação deste Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, de planos, programas e projetos setoriais, regionais, locais e específicos, bem como no controle e fiscalização de sua implementação, a fim de assegurar o conhecimento dos respectivos conteúdos à população, devendo ainda disponibilizá-las a qualquer munícipe que requisitá-la por petição simples.

Art. x. É assegurado, a qualquer interessado, o direito à ampla informação sobre os conteúdos de documentos, informações, estudos, planos, programas, projetos, processos e atos administrativos e contratos, ressalvadas as situações em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Parágrafo único. O poder público municipal deverá assegurar a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos e o acesso de qualquer pessoa interessada a esses documentos e informações.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. x. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados imediatamente após a publicação da presente Lei:

I- De 120 (cento e vinte) dias, para que o Poder Executivo Municipal promova reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal r, bem como dos instrumentos da política e de gestão democrática constantes nos termos do Estatuto da Cidade;

Artx. Este Plano Diretor deverá ser revisado no máximo em até dez anos após a sua entrada em vigor, **na** forma prevista nos termos do Estatuto da Cidade.

Art. 120. Visando a consecução dos objetivos expressos nesta lei, integram ao seguintes anexos:

xxx

Art.xx. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. xx. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Comentado [21]: Revisado o texto para maior objetividade.